


A woman with short, graying hair is smiling and looking towards the camera. She is wearing a light-colored, short-sleeved shirt with a vibrant floral pattern in shades of pink, red, and green. She is holding a bunch of long green onions in her right hand. The background is a lush, green outdoor setting with various plants and trees, suggesting a rural or agricultural environment. The lighting is natural, with some shadows on her face and shirt.

**Impacto da Covid-19 na vida
das mulheres rurais no semiárido
do Nordeste do Brasil**

Salvador | Bahia | Brasil . Agosto de 2021





**IMPACTO DA COVID-19
NA VIDA DAS MULHERES
RURAIS NO SEMIÁRIDO DO
NORDESTE DO BRASIL**

Salvador | Bahia | Brasil . Agosto de 2021



IMPACTO DA COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES RURAIS NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE DO BRASIL

Equipe do Programa Semear Internacional

Coordenação

Fabiana Dumont Viterbo

Assistência Administrativa e Financeira

Ana Luiza Santos

Gerência de Gestão do Conhecimento

Aline Martins da Silva

Gerência de Cooperação Sul-Sul

Ruth Pucheta

Gerência de M&A

Adalto Rafael

Assessoria de Comunicação

Gabriel Monteiro

Equipe da Publicação

Coordenação

Fabiana Dumont Viterbo

Elaboração

Ariane Favareto

Revisão

Aline Martins e Fabiana Dumont Viterbo

Pesquisa e sistematização de dados

Rebecca Cazenave-Tapie, Simaia Santos Barreto,

Christiane Rocha Ciovana Falcão e

Carine de Jesus Santos

Projeto Gráfico

Mario B. Costa

Fotografos

Manuela Cavadas, Eduardo Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F981i	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Impacto da covid-19 na vida das mulheres rurais no semiárido do nordeste do Brasil – Salvador : Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2021. 62 p. : gráfs. color. Este estudo tem como questionamento entender de que maneira as mulheres rurais beneficiárias dos projetos apoiados pelo FIDA no semiárido brasileiro, foram impactadas pela pandemia de covid-19. ISBN 978-92-9266-132-8 1. Gênero. 2. Mulheres. 3. Agricultura familiar. 4. Desenvolvimento social e econômico. I. Título.
-------	--

CDU 396.5:631

As opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não representam necessariamente as do FIDA. As designações empregadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião que seja por parte do FIDA sobre a situação jurídica de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras ou limites.

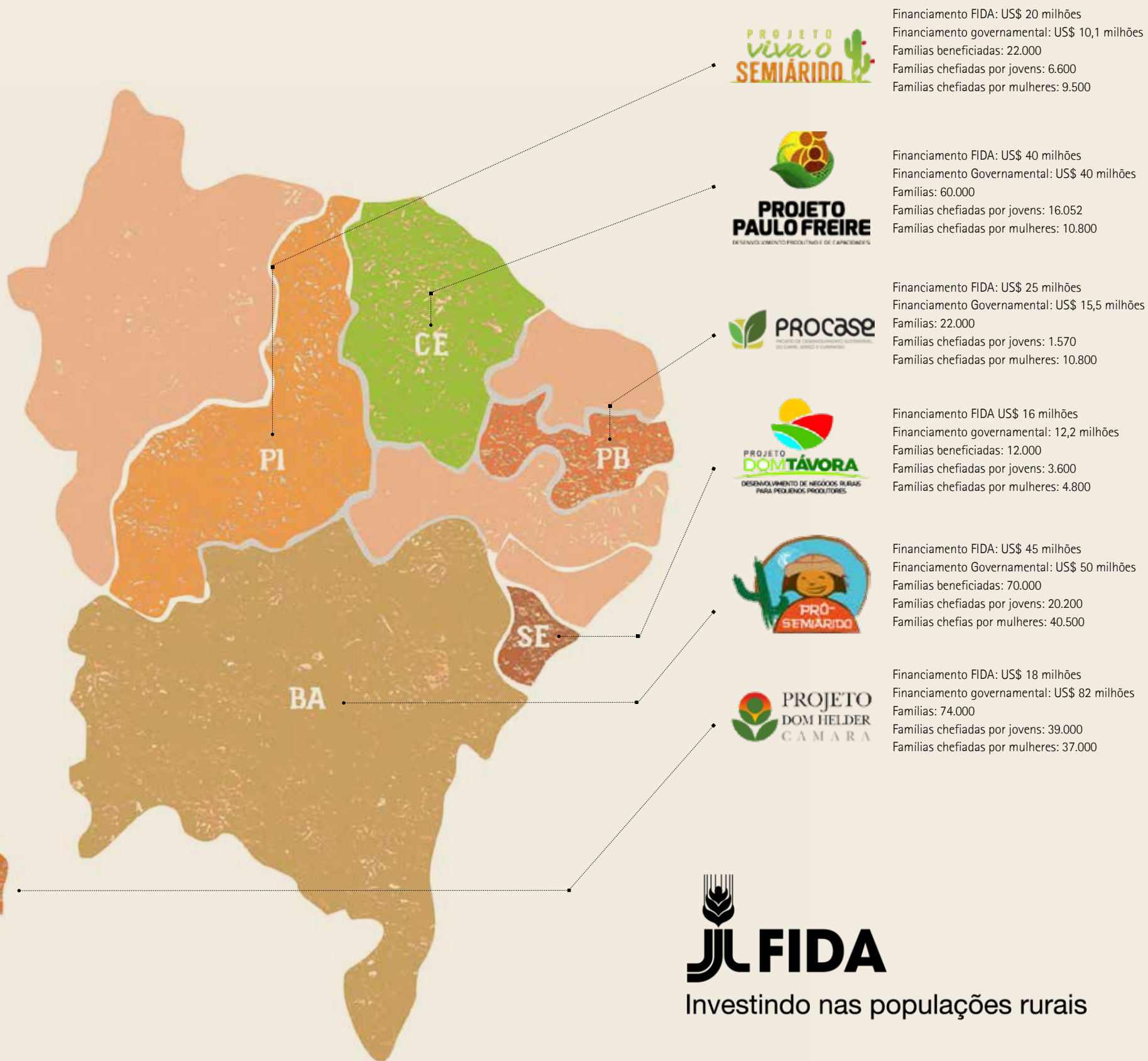
SUMÁRIO

Lista de siglas	5
Capítulo 1 Apresentação e metodologia do estudo	11
Capítulo 2 Caracterização geral das agricultoras entrevistadas.	15
Capítulo 3 Análise sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na vida das agricultoras rurais do semiárido brasileiro	21
Analisando os impactos sobre trabalho e renda	22
Analisando os impactos sobre saúde e relações familiares	27
Analisando o tema violência contra mulheres e crianças	31
Analisando a segurança alimentar e nutricional	33
Capítulo 4 Análise sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na vida e no trabalho das técnicas	37
Capítulo 5 Olhares cruzados: um foco nas mulheres rurais e s cadernetas agroecológicas	47
Capítulo 6 Algumas recomendações a partir dos resultados dos impactos da COVID-19 na vida das mulheres rurais	53
Capítulo 7 Considerações finais	57
Referências bibliográficas	64

LISTA DE SIGLAS


CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mara mineira
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplos
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCA	Projeto Cadernetas Agroecológicas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SOF	Sempreviva Organização Feminista

MAPA DO FIDA NO BRASIL



JL FIDA
Investindo nas populações rurais

Atuação do FIDA no Brasil com o Programa Semear Internacional

 O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) é uma agência de investimentos da Organização das Nações Unidas (ONU) que, em parceria com governos estaduais e federais, realiza acordos de empréstimos e doações para apoiar o desenvolvimento rural. No Brasil, o principal foco de investimentos do Fida é a região semiárida, onde promove ações direcionadas ao fomento de projetos produtivos de geração de renda agropecuária, cooperativismo, associativismo e acesso a mercados. Com uma meta que tem a promoção da segurança alimentar nutricional e a diminuição da pobreza no meio rural entre os seus pilares, o Fida incentiva o fortalecimento de atividades cujos públicos prioritários são mulheres, jovens e comunidades tradicionais.

O Fida já viabilizou um montante de aproximadamente 300 milhões de dólares, para implementação de treze projetos no Brasil. Em 2020, seis projetos estão sendo executados, beneficiando 250 mil famílias de forma direta. Cinco deles são em parceria com governos estaduais, por meio de acordos bilaterais: Paraíba (Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – Procase), Bahia (Projeto Pró-Semiárido), Sergipe (Projeto Dom Távora), Piauí (Projeto Viva o Semiárido), e Ceará (Projeto Paulo Freire). Em parceria com o governo federal, o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), abrange onze

estados: Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Piauí, Paraíba, Sergipe, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo.

Paralelamente aos projetos, o Fida busca realizar ações que vão além do desenvolvimento produtivo nas comunidades atendidas, estimulando o acesso à informação por meio de programas de doação, como o Programa Semear Internacional (PSI), cuja operacionalização é apoiada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Com atuação no Brasil, o PSI possui os seguintes eixos: Gestão do Conhecimento; Monitoramento & Avaliação; Comunicação; Diálogos de Políticas; e Cooperação Sul-Sul e Triangular. O PSI trabalha junto aos seis projetos apoiados pelo Fida no Brasil, fortalecendo suas capacidades ao realizar atividades que estimulam o conhecimento. O objetivo é facilitar o acesso a saberes e inovações contextualizados para a convivência com o semiárido.

Entre as atividades do PSI estão intercâmbios; capacitações; oficinas e seminários com técnicos e beneficiários dos projetos; formação técnica para gestores públicos; articulações institucionais; promoção do trabalho para a igualdade de gênero; apoio à coleta de dados socioeconômicos e metodização dos resultados; publicações de livros; e produção de conteúdos jornalísticos e comunicacionais em formatos impresso e digital. Dessa forma, o programa vem contribuindo, de forma

expressiva, para a sistematização e disseminação das boas práticas rurais dos projetos do Fida, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Funcionamento de cada componente de atuação do PSI:

Gestão do Conhecimento

Capacitações, intercâmbios, encontros temáticos e seminários são as principais atividades desenvolvidas para fortalecer os saberes e a troca de conhecimento entre os projetos, envolvendo técnicos, técnicas, beneficiárias e beneficiários. Os temas mais trabalhados são: acesso a mercados, agroecologia, gênero, gastronomia e caprinovinocultura. Muitos desses eventos resultam em publicações que, em formato impresso e/ou digital, contribuem para a potencialização e a visibilidade dessas boas práticas e experiências de sucesso.

Monitoramento & Avaliação

São realizadas capacitações periódicas direcionadas a técnicos e técnicas dessas áreas, com a promoção de reuniões em grupos de trabalho e o envolvimento de profissionais de outras instituições. Todos os projetos do Fida no Brasil utilizam um sistema de gestão integrada chamado Data.Fida, um grande produto desenvolvido pelo Semear Internacional para esse componente, que contribui para o aumento da qualidade e precisão das informações coletadas e processadas pelos projetos.

Comunicação

Componente que permeia todos os outros, a Comunicação do Semear Internacional se vale de diversos canais, como o portal e as redes sociais, para fazer com que o conhecimento e a informação

Conheça mais sobre as ações do PSI, visite a biblioteca virtual e acesse os eventos realizados para juntar-se à rede de disseminação das boas práticas rurais no semiárido, acessando www.portalsemear.org.br.

cheguem aos mais diferentes públicos. No site estão disponíveis, por exemplo, as publicações (livros, cartilhas, manuais e estudos), o acervo de vídeos e fotos e o banco de boas práticas já catalogadas, além de textos criados semanalmente e disseminados entre os projetos do Fida. Um produto recente dessa área é o Prêmio Semear Internacional de Jornalismo, que condecora as melhores reportagens do Brasil sobre boas práticas rurais e está na sua primeira edição.

Cooperação Sul-Sul e Triangular e Diálogos de Políticas

O objetivo da Cooperação Sul-Sul e Triangular é fomentar novos conhecimentos e redes através da internacionalização de suas ações. Por meio de intercâmbios, capacitações e seminários envolvendo países da América Latina e África, abordam-se temas de interesse comum da agricultura familiar, identificando técnicas e práticas que podem auxiliar os trabalhadores rurais em seu cotidiano. Além disso, o PSI busca facilitar o diálogo sobre políticas públicas, com vistas a apoiar espaços voltados para o debate entre sociedade civil, governos, academia e parceiros.





CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO E METODOLOGIA DO ESTUDO

Apresentação e metodologia do estudo

No início de 2020, o mundo foi surpreendido pela rápida disseminação do coronavírus. Identificado primeiramente na China e com alto potencial de contaminação e letalidade, sobretudo entre pessoas idosas, logo se espalhou por todo o globo, exigindo ações imediatas de todos os países diante de uma pandemia.

No Brasil, as primeiras medidas voltadas para o isolamento social começaram a ser tomadas a partir de março, momento em que os governos estaduais decretaram quarentena e apenas os serviços essenciais mantiveram seu funcionamento. Sem exceção, as pessoas tiveram que se adaptar e reinventar formas de se relacionar e trabalhar nessa nova realidade.

Apesar de ser um acontecimento mundial, a pandemia atinge os países de formas diferentes e, no interior de cada um deles, os mais diversos grupos sociais também apresentam especificidades na vivência desse contexto inédito. Essa realidade obrigou-nos, ainda, a pensar em novas estratégias para promover interações sociais, já que o distanciamento físico é a principal forma utilizada para diminuir o contágio e desafogar os sistemas de saúde, altamente comprometidos, dado o elevado número de pacientes a serem atendidos simultaneamente.

Trata-se, portanto, de um momento único que traz a oportunidade de compreender a repercussão que essa situação tão adversa teve – e continua tendo – na vida das pessoas, o que pode contribuir na construção de alternativas para os impactos causados pela pandemia. Lotta et al. (2020), por exemplo, conduziram uma série de pesquisas junto a profissionais de saúde com esse objetivo. Lima (2020) pesquisou sobre os impactos do isolamento e do distanciamento na saúde mental dos brasileiros.

Um olhar direcionado para a educação em tempos de pandemia foi analisado por Monteiro (2020).

Especificamente sobre as mulheres, alguns estudos (GÊNERO E NÚMERO; SOF, 2020; ARAGÃO, 2021) foram realizados pela Sempreviva Organização Feminista (SOF) e pela Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. Tais estudos destacam os impactos que a pandemia gerou – e ainda gera – na vida das mulheres, especialmente no que se refere à sobrecarga de trabalho atrelada às tarefas domésticas e de cuidado. Embora tratem também das mulheres rurais, tais estudos não tiveram por objetivo focar suas análises nesse grupo social específico.

É justamente nesse sentido que os resultados que serão aqui apresentados pretendem contribuir, ou seja, na geração de conhecimento quanto ao impacto da Covid-19 em mulheres rurais, focalizado no Semiárido do Nordeste brasileiro.

Para conformar essa pesquisa, foram entrevistadas 366 (trezentas e sessenta e seis) mulheres, técnicas e beneficiárias dos projetos apoiados pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), por meio do Programa Semear Internacional, executado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). São, ao todo, seis projetos implementados, a saber: Projeto Viva o Semiárido no estado do Piauí, Projeto Paulo Freire no estado do Ceará, Procase na Paraíba, Projeto Pró-Semiárido na Bahia, Projeto Dom Távora em Sergipe e Projeto Dom Helder II, fruto de convênio firmado com o governo federal.

Dentre as técnicas, o número total de entrevistadas foi de 30 (trinta) profissionais que atuam nos seis projetos apoiados pelo FIDA, assim distribuídas: cinco do Procase, cinco do Projeto Paulo Freire, cinco do Projeto Dom Helder II, quatro do Projeto Dom Távora, quatro do

Projeto Viva o Semiárido e sete do Projeto Pró-Semiárido.

Para responder a esse questionamento, foram utilizados dois instrumentos de pesquisa, compostos por questões fechadas e organizados em quatro grandes temas, afinados com as literaturas feministas e que tratam das relações sociais de gênero. Tais instrumentos foram direcionados às técnicas que atuam nos projetos e às agricultoras beneficiárias. As entrevistas ocorreram por meio de ligações telefônicas e por aplicativo de mensagens instantâneas nos meses de abril e maio de 2021.

Tema 1: Trabalho e Renda

O tema trabalho e renda é bastante explorado por pesquisadores em todo o mundo. Uma das pautas constantemente debatida e analisada é a execução desigual do trabalho doméstico e de cuidado, bem como a autonomia financeira das mulheres. As questões direcionadas às mulheres buscaram colher informações quanto ao tipo de atividade desenvolvida e a renda obtida, estratégias de comercialização adotadas e os impactos gerados nas atividades ligadas ao cuidado e ao trabalho doméstico. Tais perguntas buscaram parâmetros no período pré e pós o início da pandemia, de modo a iluminar os possíveis impactos nessa dimensão da vida social.

Tema 2: Saúde e Relações Familiares

Com a quarentena, as famílias se viram obrigadas ao confinamento em suas residências, fato que reflete na saúde e nas relações familiares, outro tema que a pesquisa focou. Toda a situação imposta, em conjunto com o receio de contrair a doença, podem ter gerado consequências que afetaram a saúde das mulheres. Foram, então, exploradas questões voltadas aos processos de interação e organização social, diagnóstico de doenças ocorridas durante a pandemia e formas de tratamento e, de maneira mais subjetiva, questionamentos quanto às emoções e sentimentos aflorados pelo contexto pandêmico.

Tema 3: Violência Doméstica

A violência contra mulheres e crianças é o terceiro grande

De que maneira as mulheres rurais, beneficiárias dos projetos apoiados pelo FIDA no Semiárido brasileiro, foram impactadas pela pandemia de Covid-19?

tema abordado. O distanciamento físico e a reclusão em casa proporcionaram, de maneira geral, o aumento de casos de violência dentro dos lares brasileiros, tendo em vista o maior tempo de convívio com o agressor. Pretende-se, com a realização desta pesquisa, entender qual a percepção dessas mulheres sobre o assunto e suas possíveis causas, bem como sobre a existência de casos próximos, ou mesmo sofrido por elas.

Tema 4: Segurança Alimentar e Nutricional

Por fim, ao abordar o tema da segurança alimentar e nutricional, buscou-se compreender quais foram as mudanças ocorridas na alimentação da família e na produção para o consumo familiar. Como é sabido, na divisão sexual do trabalho são as mulheres que ficam com a responsabilidade de produzir e preparar os alimentos para toda a família. Essa tarefa tende a ter ainda mais peso com as crianças e idosos em casa por conta da pandemia e as dificuldades impostas para a utilização dos canais convencionais de comercialização.

Esta publicação traz a análise das respostas obtidas durante a realização da pesquisa, orientadas por esses quatro grandes temas. Os resultados apontam para algumas recomendações que, postas em prática, poderão dirimir os impactos causados pela pandemia junto às mulheres rurais e às técnicas dos projetos apoiados. As recomendações precedem as considerações finais, onde a questão central que orientou este estudo é retomada à luz dos dados obtidos nas entrevistas.





CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS AGRICULTORAS ENTREVISTADAS

Caracterização Geral das Agricultoras Entrevistadas

1 Os nomes das entrevistadas foram preservados e são arquivos confidenciais desta publicação.

2 Em números absolutos, foram duas entrevistadas que se autodeclararam homossexuais e uma que se autodeclarou bissexual.

Foram entrevistadas, por meio de instrumento formatado especificamente para esta pesquisa, um total de 336 mulheres rurais no Semiárido nordestino.¹

Os quatro temas centrais de investigação, indicados anteriormente, foram abordados. As entrevistas foram realizadas por meio de ligações por WhatsApp e por telefone, respeitando a disponibilidade das mulheres, no período compreendido entre os meses de abril e maio de 2021.

Campo da Pesquisa

As 336 mulheres entrevistadas vivem em seis estados do Nordeste, conforme distribuição geográfica no mapa 1.

Representatividade das Comunidades entre as Agricultoras Entrevistadas

Mais da metade das entrevistadas se autoidentifica como agricultoras familiares (56%), seguidas de quilombolas e assentadas, ambas categorias representadas em 14% das mulheres.

Faixa Etária das Agricultoras Entrevistadas

O gráfico traz o total de entrevistadas por faixa etária. É possível vislumbrar que foram entrevistadas agricultoras de todas as idades, o que traz a heterogeneidade de

opiniões pretendida inicialmente.

Estado Civil e Relações Familiares

Em termos de caracterização pessoal, 51% das entrevistadas são casadas, 21% estão em união estável e 20% estão solteiras. A grande maioria se declara como heterossexual e apenas 1% como homossexual, correspondendo a três mulheres². É sabido que essa é uma questão ainda bastante delicada no meio rural, ambiente altamente masculinizado, sendo, portanto, extremamente relevante que as pessoas consigam assumir sua orientação sexual abertamente.

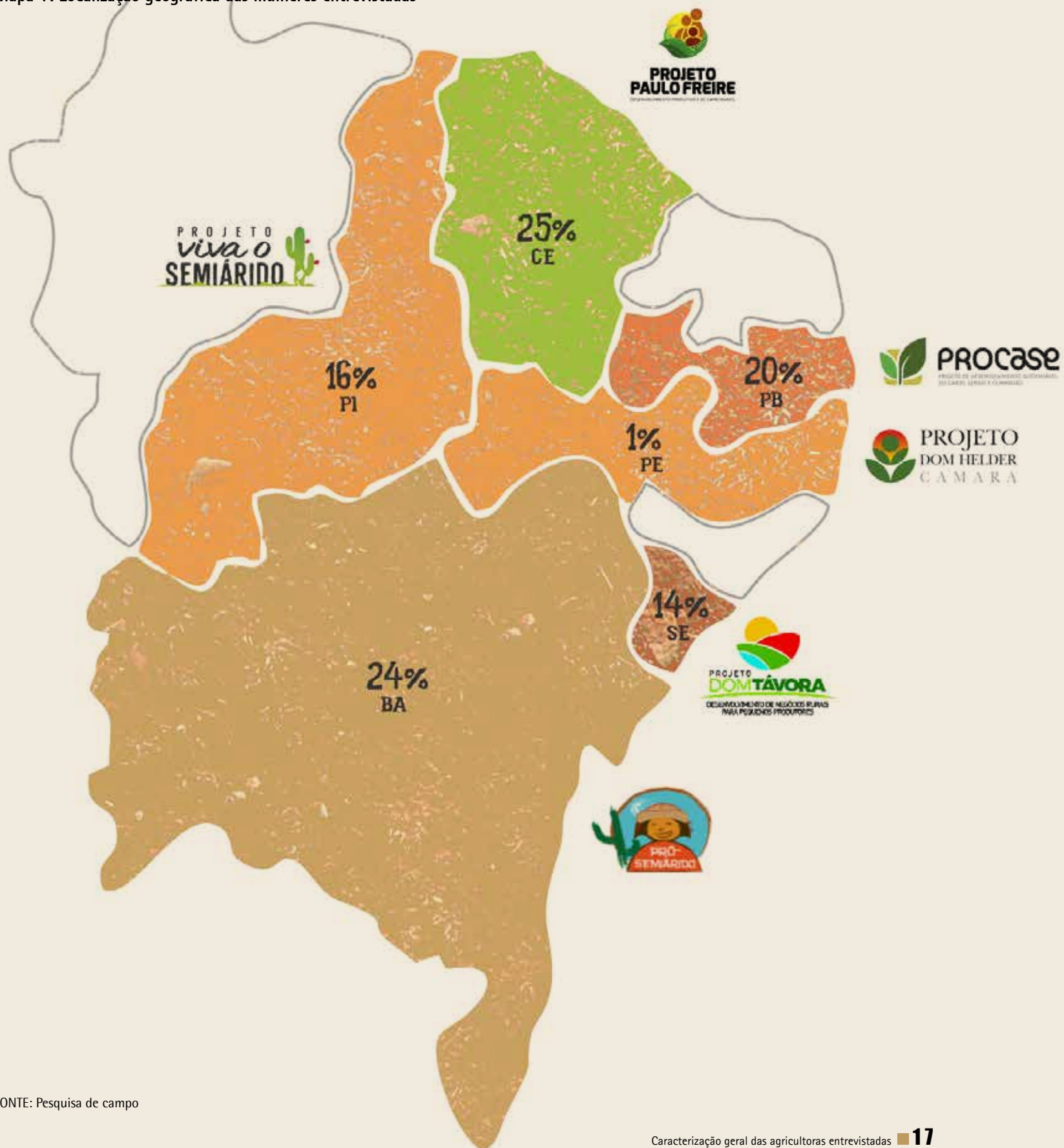
As mulheres têm, em média, 2,4 filhos. Tal dado é ligeiramente superior ao observado para o país, cuja taxa, de acordo com o IBGE, é de 1,9 filhos por mulher.

As entrevistadas dividem a moradia, em média, com mais três pessoas. Muitas delas relataram que durante a pandemia, principalmente nos meses iniciais, receberam em suas casas parentes vindos das grandes cidades. Em geral, filhos e filhas em busca de mais espaço e tranquilidade, ou até mesmo os que acabaram perdendo emprego e se mudaram temporariamente para a casa dos pais.

Raça e Cor

Ainda sobre caracterização, 52% se autodeclararam pardas, 20% pretas, 15% brancas e 10% quilombolas.

Mapa 1: Localização geográfica das mulheres entrevistadas



FONTE: Pesquisa de campo

Escolaridade

O ensino médio completo é o nível de escolaridade alcançado pela maioria das entrevistadas (36%), seguido do ensino médio incompleto (12%). Ao somar os dados relativos ao nível superior completo e incompleto, temos 17% das entrevistadas que se dedicam a algum curso de graduação. Um olhar mais detido, sobretudo no que se refere às faixas etárias, aponta que as mulheres que possuem um nível mais elevado de escolaridade são, em sua maioria, mais jovens, abaixo dos 40 anos. O baixo percentual de mulheres que são analfabetas (2%) e aquelas que não frequentaram a escola, mas sabem ler e escrever (6%) está concentrado nas faixas etárias

superiores.

Essa distinção geracional acompanha a própria realidade do ensino no país. Durante muitos anos, para que os moradores das áreas rurais tivessem acesso aos primeiros ciclos escolares e, caso desejassem, níveis mais elevados deveriam se dirigir às sedes dos municípios. Essa situação só foi facilitada após meados dos anos 1990, com a obrigatoriedade de transporte público para todos os alunos.

Acesso a Terra

Dentre as entrevistadas, 39% afirmaram ser proprietárias dos estabelecimentos agropecuários, sendo que 37%

Gráfico 1 – Representatividade das agricultoras entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo

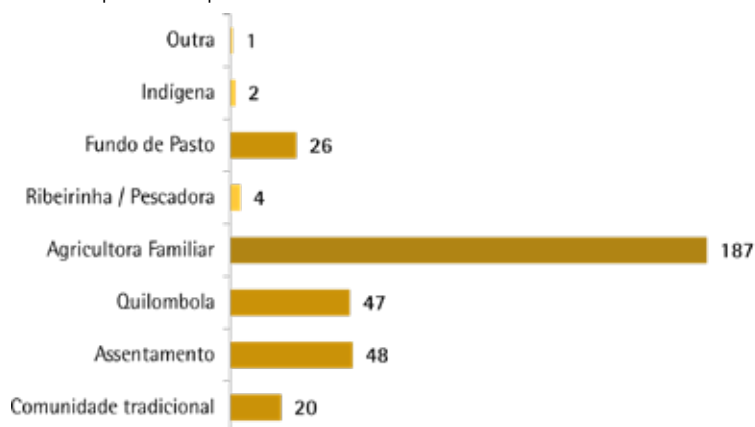


Gráfico 2 – Faixa etária das agricultoras entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo

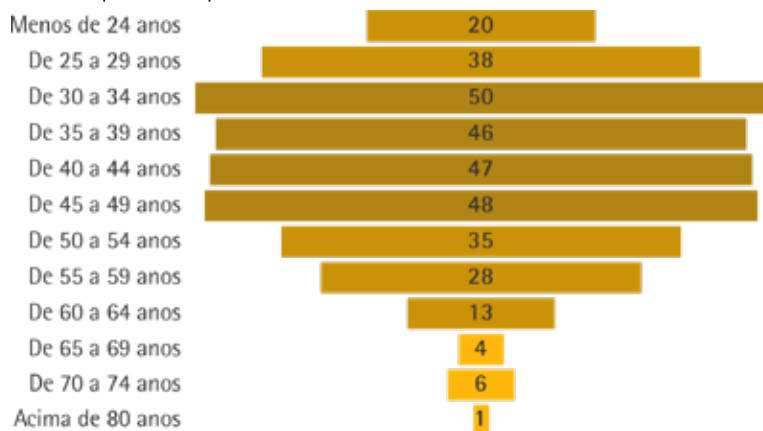


Gráfico 3 – Estado civil das agricultoras entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo

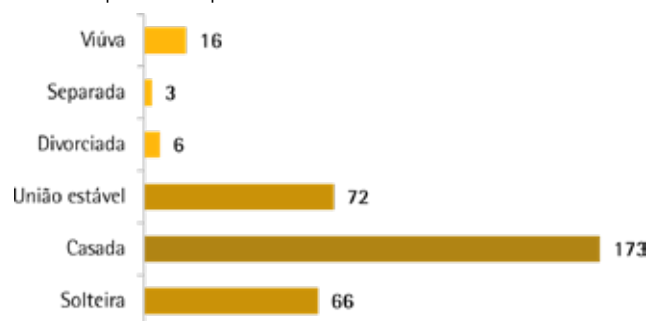
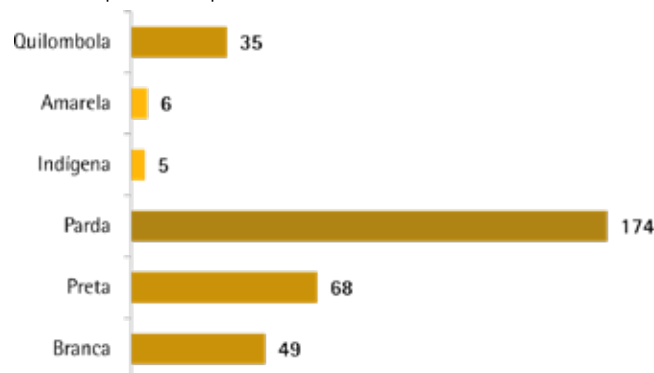


Gráfico 4 – Raça e cor das agricultoras entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo



possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) em seu nome e 45% de forma conjunta, ou seja, na prática são 82% das mulheres que têm DAP.

A possibilidade de titularidade conjunta foi dada em 2003 para os assentamentos de reforma agrária, posteriormente a emissão da DAP também seguiu esses parâmetros. Ressalta-se que esse documento é fundamental para a comercialização formal dos produtos, bem como para acesso a algumas políticas públicas ³. Nas comunidades quilombolas, observou-se ausência da titularidade da terra por algumas entrevistadas, visto que a emissão do título depende do Estado.

Esses dois dados são importantes, pois demonstram um

número expressivo de mulheres que são titulares da propriedade, o que pode apontar para uma mudança de comportamento, já que, historicamente, no meio rural, as terras estão em nome dos homens e são repassadas a eles de forma hereditária.

Os dados apresentados nas entrevistas sobre titularidade são superiores aos observados nos dados do Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE (2017). No levantamento censitário, as mulheres são proprietárias de 19% dos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil e de 24% na região Nordeste. A pesquisa aponta, portanto, um maior acesso à posse de terra por parte das mulheres que são beneficiárias dos projetos. ⁴

³ Alguns esclarecimentos quanto aos dados relativos à propriedade, como visto, a maioria das mulheres entrevistadas, 55% – ou 185 em números absolutos – respondeu que a propriedade não está em seu nome, indicando a quem pertence a titularidade. Essa resposta varia entre todos os membros da família. Observa-se, contudo, que seis dentre essas mulheres responderam que a propriedade está em nome do casal.

⁴ Algumas entrevistadas afirmaram ter a posse via contrato de comodato. Embora isso não signifique a titularidade definitiva, o contrato estar em nome da mulher pode lhe conferir certa autonomia na tomada de decisão sobre a propriedade.

Gráfico 5 – Escolaridade das agricultoras entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo

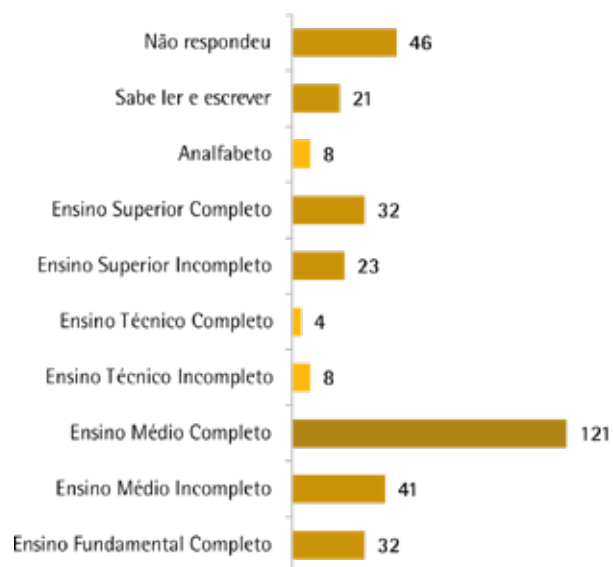


Gráfico 6 – DAP das agricultoras entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo

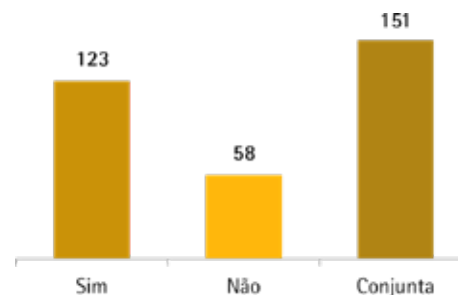
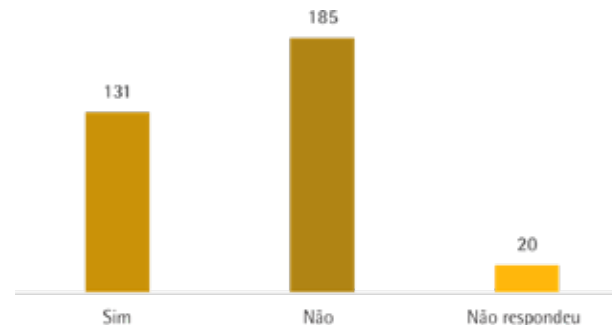


Gráfico 7 – Titularidade da propriedade em nome da entrevistada

Fonte: Pesquisa de campo







CAPÍTULO 3

ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA VIDA DAS AGRICULTORAS RURAIS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Análise sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das agricultoras rurais do semiárido brasileiro

5 Destaca-se que a maioria das entrevistadas que citaram "outros" canais de comercialização referiram-se a atravessadores.

ANALISANDO OS IMPACTOS SOBRE TRABALHO E RENDA

Entende-se que a realidade imposta pela pandemia da Covid-19 atuou diretamente sobre essa dimensão da vida das agricultoras. Compreender como as mulheres rurais do Semiárido tiveram seu trabalho e renda afetados é fundamental para se pensar em estratégias futuras. As análises aqui apresentadas envolvem o acesso às políticas públicas, acesso aos mercados, principais gastos e fontes de renda, definição quanto aos gastos e renda média obtida antes e durante a pandemia.

O acesso à assistência técnica e o auxílio emergencial foram as duas políticas públicas a que as mulheres mais tiveram acesso, com 73% e 72% respectivamente. Percebe-se que as outras políticas que ganharam notabilidade em diversos estudos como potencializadoras do desenvolvimento rural foram arrefecidas. Dentre elas, o Garantia Safra (27%), Pronaf (19%), Primeira Cisterna (28%), Segunda Cisterna (16%) e Aposentadoria Rural (10%).

Comercialização

É sabido que a comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar e comunidades tradicionais é uma questão que vem sendo debatida há anos, culminando em ações que desembocaram, por exemplo, nas políticas de compras públicas como o PAA e o PNAE. Chama a

atenção que para 25% das entrevistadas a produção seja dedicada somente para o consumo da família e para 14% delas tudo o que é produzido no estabelecimento é vendido. Os produtos que são comercializados são bastante diversificados, passando por frutas, verduras, legumes, mel, aves, caprinos, bolos e artesanato.

Os locais em que os produtos são comercializados variam bastante, conforme demonstra a figura abaixo, sendo que muitas vezes, diversas estratégias foram combinadas para assegurar uma maior venda dos produtos durante a pandemia. Nota-se que as feiras convencionais ainda têm um grande peso como local de comercialização e que foram altamente impactadas pela imposição do distanciamento físico, de modo a evitar a disseminação do vírus.

É nesse sentido que as vendas em casa, de porta em porta e pela comunidade foram ganhando espaço, assim como a venda pela internet. Mesmo com a ampliação dos canais de comercialização, os dados coletados apontam que o retorno financeiro é maior nas compras públicas.⁵

Tanto a produção, quanto a venda e a responsabilidade pelos recursos auferidos pela comercialização variam de responsabilidade entre a própria entrevistada, a família, a associação e o grupo de mulheres sendo correspondente, ou seja, se é a entrevistada que produz, é ela mesma que faz a comercialização e cuida do dinheiro.

Para 28% das entrevistadas, os canais de comercialização mencionados foram – e estão sendo – melhores durante a pandemia. Os mais citados por elas são: a venda de porta

Gráfico 8 – Canais de comercialização dos produtos das mulheres entrevistadas (em número) e renda média obtida (mensal).

Fonte: Pesquisa de campo

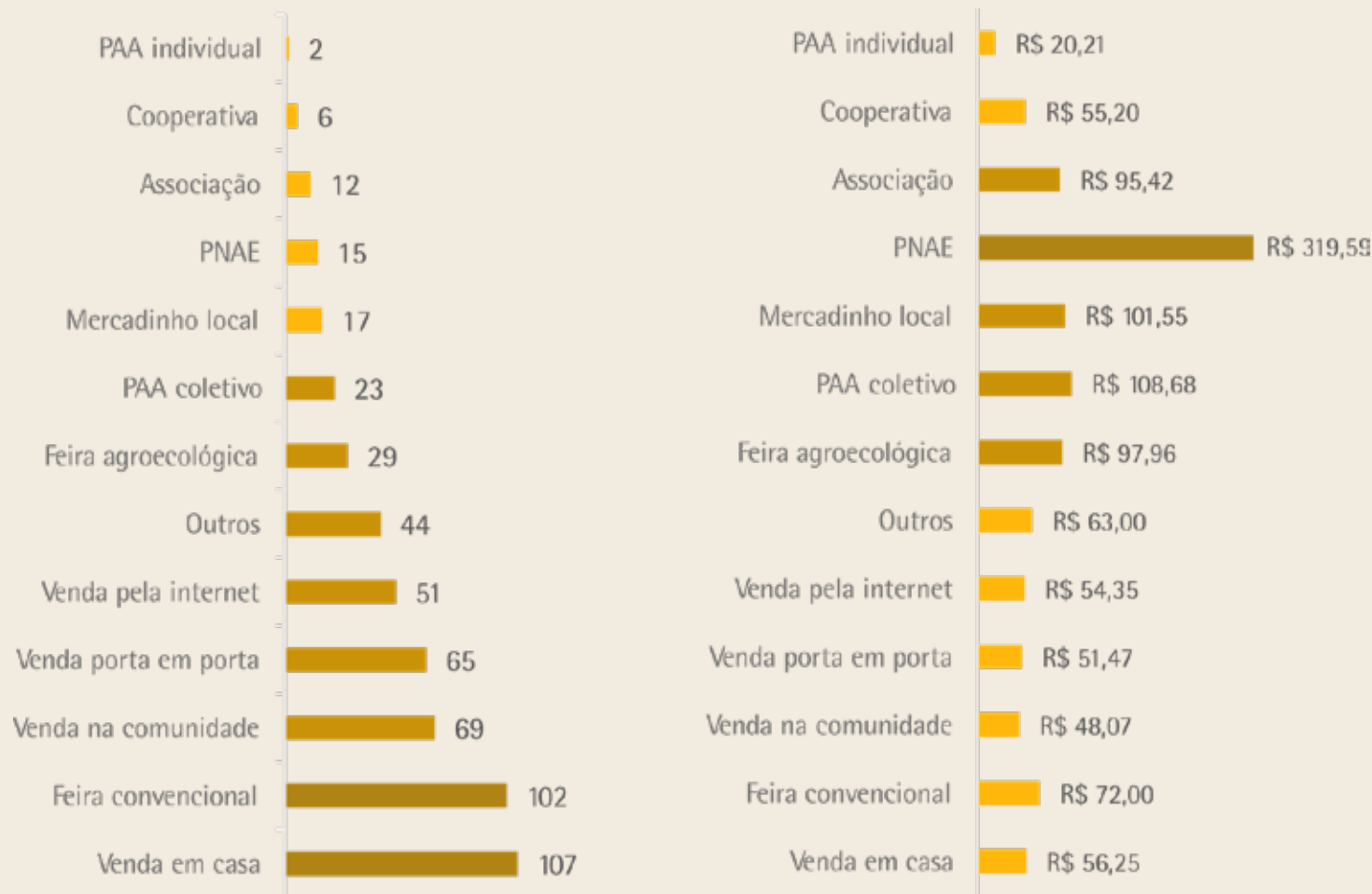


Gráfico 9 – Média de renda das famílias antes e durante a pandemia (em R\$)

Fonte: Pesquisa de campo

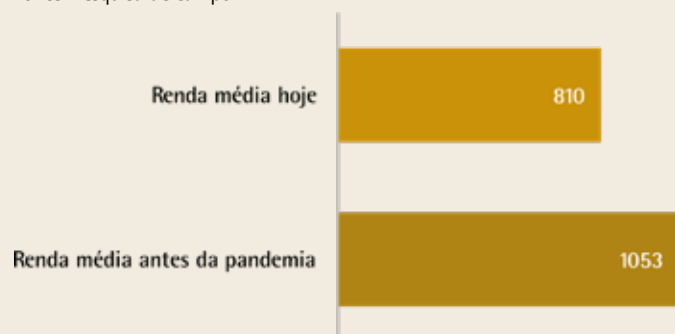
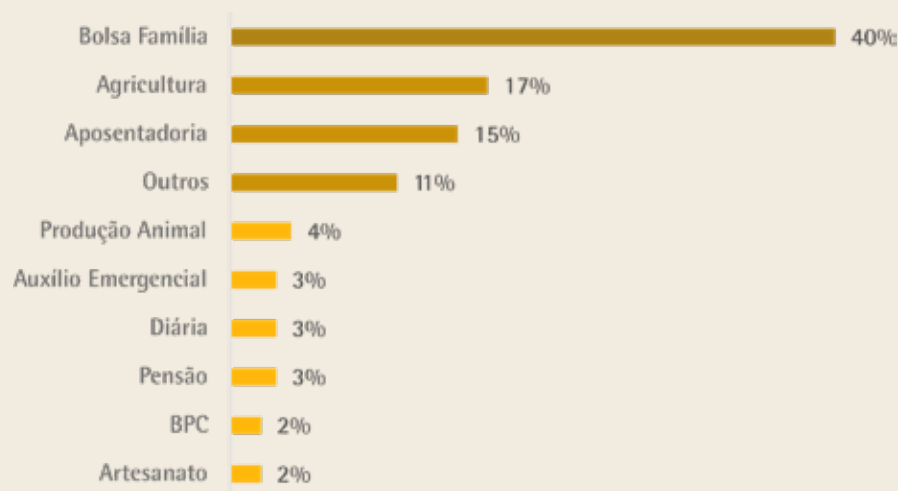


Gráfico 10 – Primeira fonte de renda das famílias

Fonte: Pesquisa de campo



em porta, por delivery e WhatsApp ou outras formas remotas de comercialização. Por outro lado, para 50% das agricultoras houve piora do acesso a esses canais, elas citaram as feiras convencionais e agroecológicas, mercados em geral, PAA e PNAE. Destaca-se ainda que, dentre essas últimas, 12% delas acreditam que houve piora em todos os canais de comercialização.

Apesar de conseguirem identificar a dificuldade em comercializar seus produtos diante da pandemia e do fechamento dos principais canais de venda a que elas tinham acesso, 53% delas não recorreu a nenhuma outra estratégia para melhorar ou aumentar a venda de seus produtos, ao passo que 19% iniciaram um processo de vendas pela internet. Essa ação teve amplo apoio dos projetos que beneficiam as entrevistadas. Para 47% das mulheres, houve apoio na comercialização, incluindo orientações e capacitação de como vender utilizando as



plataformas virtuais disponíveis.

Renda

As dificuldades citadas para acesso aos canais de comercialização afetaram diretamente a renda das agricultoras. Para 42% a renda diminuiu muito e para 32% diminuiu um pouco, ou seja, a soma desses dois dados reflete na diminuição de renda para 74% das entrevistadas. Por outro lado, para 7% houve aumento na renda e para 5% a perda de recursos foi total. Esses dados são fundamentais para compreender objetivamente como a pandemia afetou as agricultoras.

Em média, a renda das famílias caiu cerca de 30% entre o período anterior à pandemia e o ano de 2020, os ganhos familiares passaram de R\$ 1.053,00 para R\$ 810,00. Ressalta-se, como apontaram as entrevistadas, que as condições climáticas favoreceram o plantio e a colheita no ano passado, situação que poderá ser diferente este ano que já sinaliza para um período maior de seca. Além disso, as parcelas mais baixas do auxílio emergencial refletirão em uma queda ainda maior desses montantes.

Foi solicitado às entrevistadas que elas elencassem, por ordem de prioridade, quais eram as principais fontes de renda da família. Pode-se conferir, quanto à renda primária, que as políticas públicas de distribuição e acesso à renda passaram a ser fundamentais para a sobrevivência das famílias. Se somados, o Bolsa Família e a aposentadoria representam as principais fontes de renda para mais da metade de todas as mulheres entrevistadas. A renda advinda da agricultura é fonte primária de renda para 17% das mulheres rurais.

Quanto à fonte secundária de renda, a situação se inverte. A agricultura é a segunda fonte de renda para quase metade das entrevistadas (44%), seguida do Bolsa Família, produção animal e auxílio emergencial. A terceira principal fonte de renda das famílias é a produção animal (32%), seguida da agricultura (26%).

É interessante notar que a criação de animais possui funções específicas: as galinhas servem para

alimentação e nutrição das famílias com consumo de carne e ovos. Os porcos são utilizados uma ou duas vezes por ano também para alimentação. Já os caprinos estão disponíveis para vendas eventuais, a fim de atender a uma demanda específica de necessidade da família, como realização de um exame, ausência de dinheiro para pagar compromissos assumidos, entre outras. Dessa forma, a criação de animais perdura como um elemento que significa uma poupança da família rural.

A comercialização dos animais é uma tarefa atribuída ao atravessador e o principal motivo é a ausência de abatedouros locais. A questão sanitária ainda é um problema que distancia as famílias do processo de autonomia de realização da sua atividade produtiva. Nesse sentido, a assessoria técnica deve culminar para estruturas produtivas em que as famílias possam dominar o beneficiamento dos produtos e, assim, adquirir ganhos mais efetivos. As mulheres compreendem hoje que o atravessador ganha mais que elas enquanto produtoras, mas, ao mesmo tempo, reconhecem que não sabem quais são os melhores mercados para vender. Por isso, geralmente quando matam os animais, vendem para os vizinhos.

Esses dados demonstram claramente que as políticas públicas de acesso a uma renda básica são extremamente importantes para as famílias rurais, especialmente em um momento delicado como o que agora se impõe com a pandemia, que inviabilizou a comercialização de produtos da forma como era realizada anteriormente. O dado de acesso ao auxílio emergencial corrobora essa afirmação: 69% das entrevistadas recorreram a ele como uma saída para ampliar minimamente seus ganhos financeiros.

Gastos

Da mesma forma que as entrevistadas foram indagadas quanto à principal fonte de renda, também responderam aos principais gastos e a ordem de prioridade deles para suas famílias.

O principal custo, citado por 76% das entrevistadas,

Muitas famílias que dependem da bomba para acesso a água, deixaram de produzir em grande escala pelo aumento da eletricidade, reduzindo a produção apenas para a subsistência

Agricultora entrevistada

vem da alimentação. Compras no supermercado, mercadinho do bairro/comunidade, feiras, entre outros estabelecimentos correspondem ao gasto primário das famílias. Esse dado demonstra uma realidade comum vivida por muitos brasileiros. Segundo dados do Índice de Preços ao Consumidor Amplos (IPCA), houve um acréscimo de 19,4% nos preços dos produtos voltados à alimentação em 2020, fato que vem contribuindo para o agravamento da situação de insegurança alimentar e da fome por todo o país.

Para 38% das agricultoras entrevistadas, o segundo principal gasto da família é com energia. O próximo item é o gás, que corresponde ao segundo custo mais alto para a família, segundo 19% das participantes. Esse serviço está intimamente ligado ao desenvolvimento de outras atividades, culminando na redução da produção dedicada à comercialização.

Além da eletricidade, as agricultoras descrevem as dificuldades que estão sendo impostas para a grande maioria das famílias brasileiras. Por exemplo, o preço do gás de cozinha teve um aumento de quase 10% durante o ano de 2020, o que corresponde ao dobro da inflação nesse mesmo período. O aumento do valor do gás pode

Gráfico 11 – Segunda fonte de renda das famílias

Fonte: Pesquisa de campo

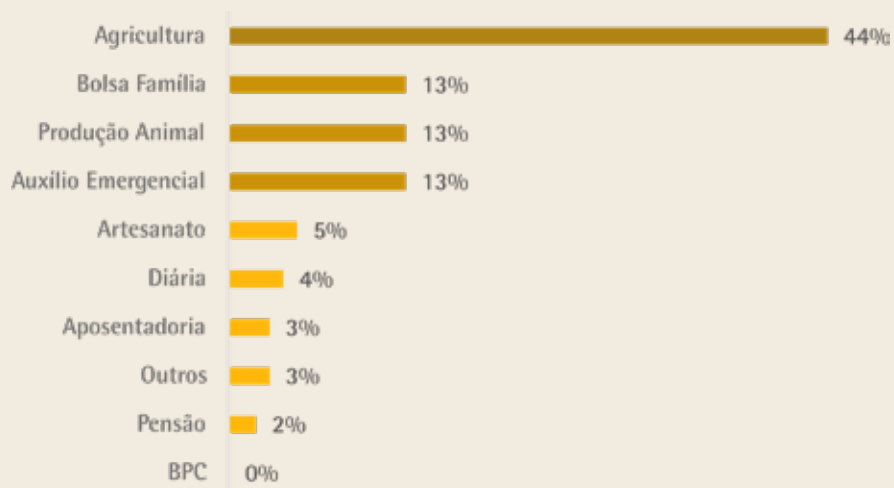


Gráfico 12 – Terceira fonte de renda das famílias

Fonte: Pesquisa de campo

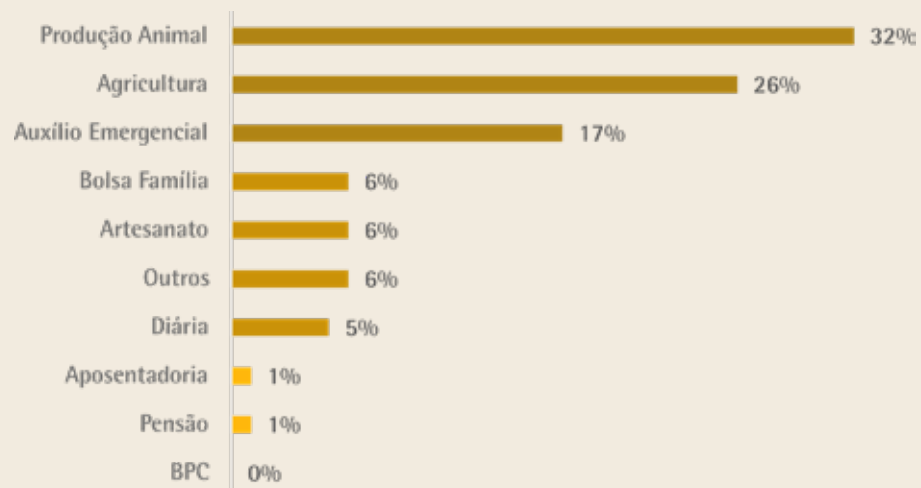


Gráfico 13 – Gasto primário das famílias

Fonte: Pesquisa de campo

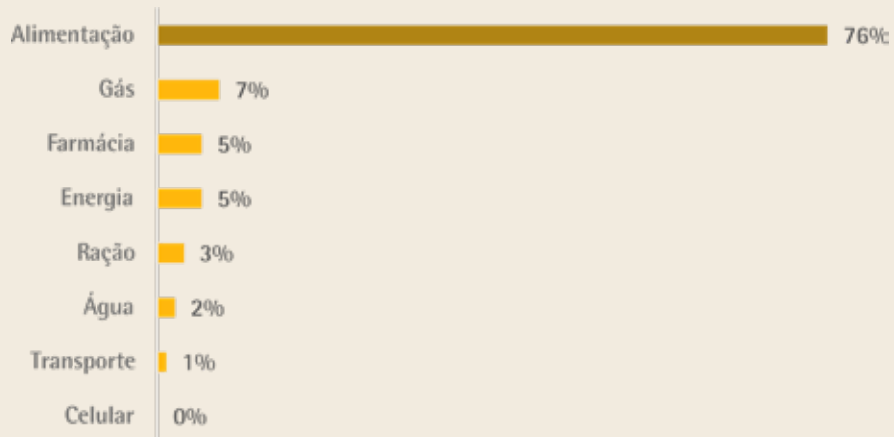
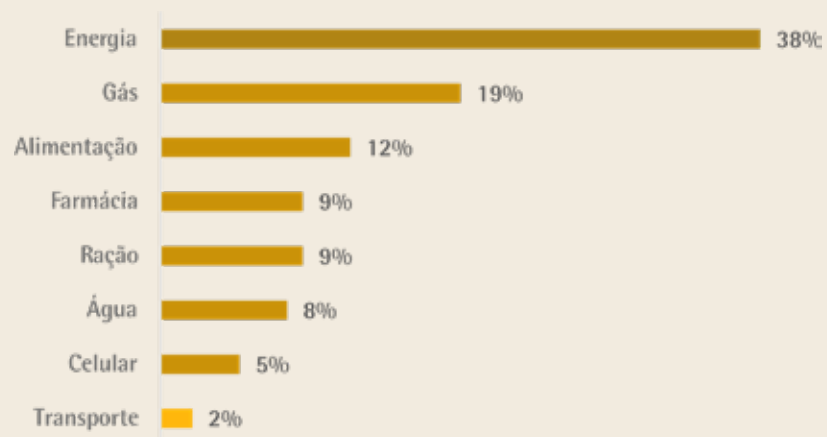


Gráfico 14 – Gasto secundário das famílias

Fonte: Pesquisa de campo



inviabilizar sua compra e, nesses casos, as mulheres acabam utilizando o fogão a lenha para o preparo dos alimentos.

Por fim, quanto aos gastos familiares, o terceiro custo citado por elas segue a mesma lógica anterior, sendo a energia e o gás com mais peso no orçamento das agricultoras entrevistadas, em 28% e 18%, respectivamente. Aparece aqui, ainda, a água como terceiro gasto mais importante para as famílias, bem como custos com medicamentos, ambos com 12%. Em alguns locais, as mulheres estão comprando água para encher as cisternas, por conta da ausência das chuvas.

Para 97% das agricultoras, os gastos aumentaram durante a pandemia. Itens de alimentação, energia, gás, insumos, combustível e transporte foram os mais citados. Para a grande maioria, a resposta à questão sobre o que mais aumentou durante a pandemia foi "tudo", indicando a dificuldade expressa na elevação generalizada dos preços de produtos e serviços, o que inviabiliza – ou dificulta sobremaneira – o acesso a eles.

Quando questionadas sobre a responsabilidade na definição dos gastos financeiros, 48% das agricultoras afirmaram que a decisão sobre o direcionamento dos ganhos familiares ocorre de forma conjunta, entre elas e seus maridos/esposas. Para 27% das entrevistadas, os recursos são gerenciados por elas mesmas.

Apesar das dificuldades financeiras agravadas pelo contexto pandêmico, apenas 29% das participantes afirmaram que algum outro tipo de atividade econômica foi iniciado durante a pandemia. Na grande maioria desses casos, as próprias entrevistadas passaram a produzir artesanato, bolos, doces, biscoitos e marmitas para serem vendidas. Também se dedicaram à venda de produtos por catálogo, como cosméticos, lingerie e joias. Outra estratégia adotada pelas agricultoras, também citada pelas técnicas entrevistadas, foi a confecção de máscaras, item indispensável durante a pandemia. Já os homens das famílias partiram para a busca de empregos em bares e restaurantes, no setor da construção civil, bem como trabalho agrícola em outras regiões do país.

Percebe-se, portanto, a combinação de atividades econômicas agrícolas e não-agrícolas como uma estratégia de enfrentamento ao impacto gerado pela pandemia na renda das famílias rurais. Além disso, fica evidente a urgência de políticas que garantam uma renda mínima, como o auxílio emergencial e o Bolsa Família, bem como a permanência de programas voltados à comercialização, a exemplo de PAA e PNAE. A ausência das feiras convencionais e agroecológicas incidiu sobre a renda e somente um conjunto de estratégias poderá amenizar o impacto da pandemia para as mulheres entrevistadas e tantas outras que vivem e trabalham no rural brasileiro. Deve-se considerar que a realidade poderá ser ainda mais dura no caso do Semiárido, se forem confirmadas as condições climáticas que inviabilizam a produção.

ANALISANDO OS IMPACTOS SOBRE SAÚDE E RELAÇÕES FAMILIARES

Um terceiro bloco de questões foi direcionado à compreensão de como a pandemia provocada pelo novo coronavírus impactou a saúde e as relações familiares das agricultoras. Para compor essa categoria, foram levantadas questões sobre a participação delas em associações, suas opções de lazer, o desempenho de atividades domésticas e de cuidado, o acesso ao tempo livre, participação em atividades voluntárias, contaminação pela Covid-19, conhecimento sobre o processo de vacinação, problemas de saúde e sentimentos que emergiram durante a pandemia.

Participação social, lazer e tempo livre

Um total de 90% das mulheres entrevistadas participa de alguma associação. Entre essas, 6% correspondem a associações compostas somente por mulheres. As agricultoras desempenham variadas funções dentro das

entidades, que vão desde associadas, passando pelas suplências, conselhos fiscais, secretarias, tesoureiras, vice-presidência e presidência.

Para elas, as reuniões das associações significavam muito mais que um espaço de trabalho, eram vistas como um local de interação social e trocas de conhecimentos, experiências e vivências. A pandemia impossibilitou a realização das reuniões com a frequência em que elas ocorriam anteriormente e 50% das agricultoras afirmaram que esses encontros não estão mais acontecendo. Para 29% delas, as reuniões ocorrem seguindo os protocolos sanitários, com distanciamento de dois metros, uso de máscara e álcool em gel; e para 21%, as reuniões passaram a acontecer de forma remota, utilizando as plataformas disponíveis na internet. Somente 3% das entrevistadas afirmaram que surgiram novas associações em suas comunidades, porém ainda não foram formalizadas. Esses novos empreendimentos têm distintos objetivos e envolvem grupos de mulheres, jovens e cooperativas para comercialização e associações de moradores.

Do total de agricultoras entrevistadas, 62% afirmaram ter acesso a algum tipo de lazer. Os tipos de atividades que elas desfrutavam como lazer são bem variados: ir à missa, visitar amigos, tomar banho de açude, descansar na rede, passear pela comunidade, dançar forró, pescar, reunir família e amigos, viajar, jogar futebol, ler, andar de bicicleta, assistir a filmes, andar a cavalo, entre outros. Tais atividades foram impactadas pela pandemia e 69% das mulheres deixaram de praticar essas ações e são quase unânimes em responder que sentem falta de poder dedicar uma parte de seu tempo a algo que as satisfazia pessoalmente.

Além de um tempo voltado ao lazer, foi perguntado às agricultoras se elas tinham algum tempo livre que pode ser dedicado ao que elas desejam fazer e que lhes confere algum prazer. A ideia de pobreza de tempo vem sendo discutida de forma a ampliar esse conceito para além das medidas econômicas, incidindo em outras formas de geração de bem-estar (RIBEIRO; TAQUES,

2012). As mulheres são particularmente atingidas pela pobreza de tempo, pois dedicam boa parte de seu dia às tarefas domésticas e de cuidado, limitando o tempo a ser investido em outras esferas da vida social.

Antes da pandemia, 74% das entrevistadas tinham algum tempo livre que era dedicado ao lazer, ao descanso e ao autocuidado. Dentre essas mulheres, 44% – ou 144 entrevistadas – afirmaram que o tempo livre diminuiu muito ou simplesmente nem existe mais, dadas as responsabilidades assumidas com outras tarefas. Mesmo assim, algumas delas acabaram se envolvendo em campanhas voluntárias, como arrecadação de alimentos para distribuição de cestas básicas, confecção e distribuição de máscaras e partilha de cuidados pela comunidade.

Com base nesses dados, vê-se que as atividades a que as mulheres se dedicavam e que lhes proporcionava processos ligados à interação social e lazer foram altamente modificadas na pandemia. Se, de um lado, elas perderam os espaços de interação e descanso, de outro, aumentaram as tarefas a serem desempenhadas no ambiente doméstico, conforme afirmaram 65% das mulheres entrevistadas.

Trabalho doméstico e de cuidado

As mulheres são prioritariamente responsáveis pelo desempenho das atividades domésticas e de cuidado. Para 38% das entrevistadas, tais tarefas são realizadas exclusivamente por elas, 24% afirmaram que toda a família contribui para o trabalho doméstico, de modo a não sobrecarregar nenhum membro. Para 18%, essas tarefas são de responsabilidade das mulheres da casa, ou seja, a entrevistada e suas filhas. Assim, se somarmos a exclusividade da responsabilidade para as mulheres da família – entrevistadas e suas filhas – o percentual chega a 56%. Isso significa que nas casas de mais da metade das entrevistadas, o trabalho doméstico é desempenhado exclusivamente pelas mulheres.

Soma-se ao desempenho do trabalho doméstico, o cuidado

Gráfico 15 – Responsabilidade pelo desempenho do trabalho doméstico (números absolutos)

Fonte: Pesquisa de campo

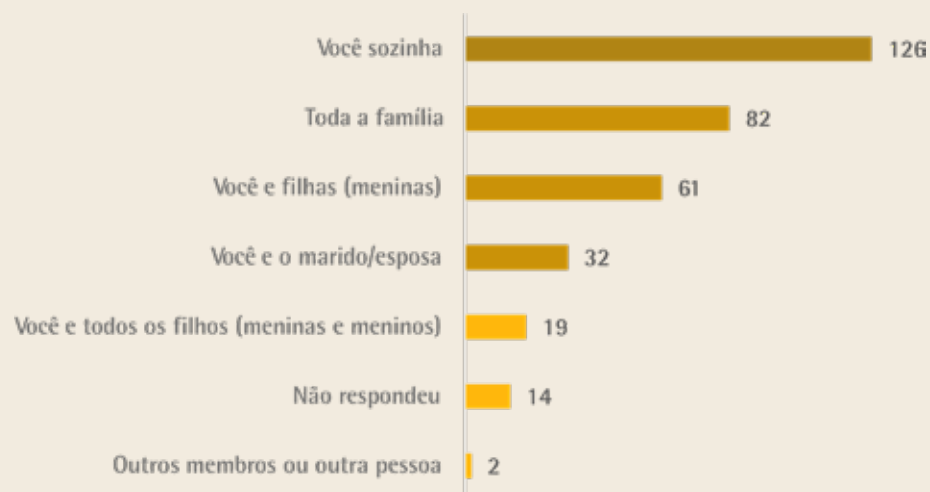
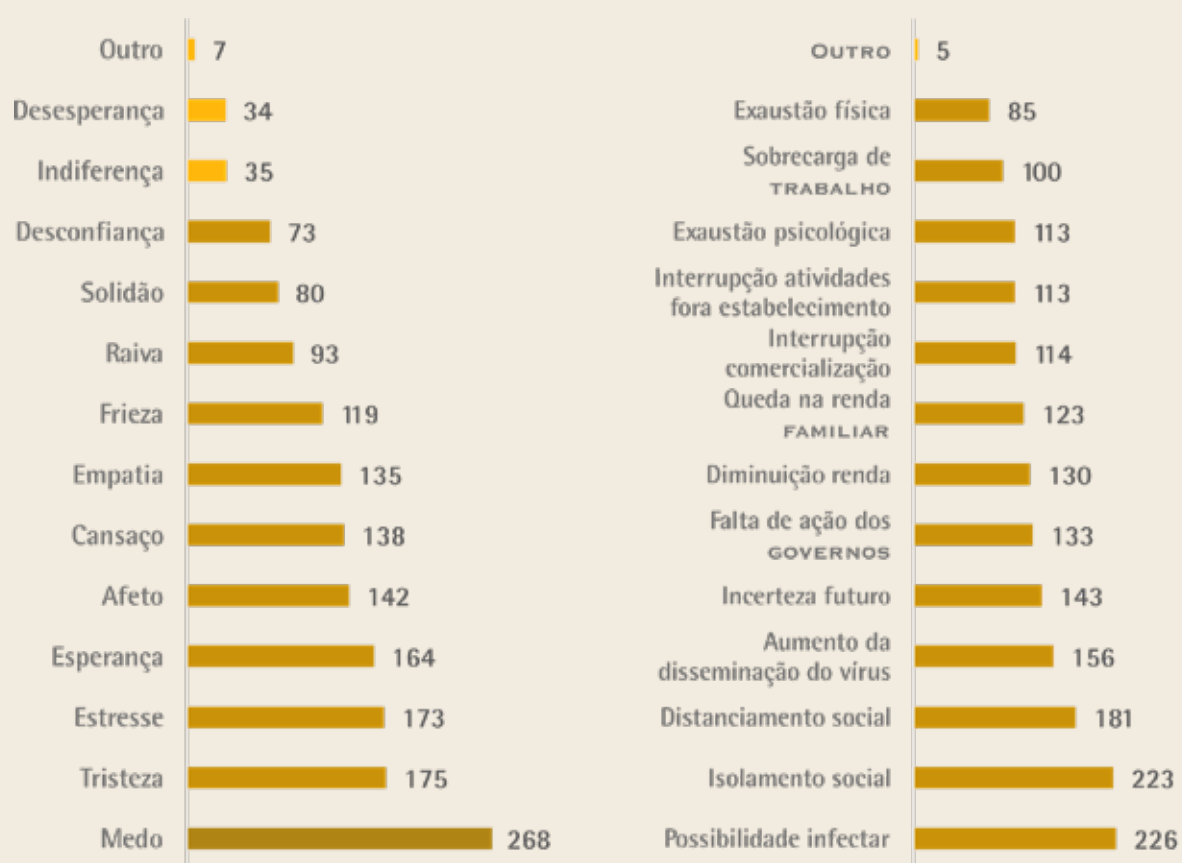


Gráfico 16 – Emoções e situação que provocaram as emoções vivenciadas pelas agricultoras durante a pandemia.

Fonte: Pesquisa de campo



6 Dados publicados pelo Datafolha, em 7 de junho de 2021, indicam que uma a cada quatro mulheres sofreu algum tipo de violência durante a pandemia. Isso significa que 24%, ou 17 milhões de mulheres, sofreram violência física, psicológica ou sexual entre 2020 e o levantamento realizado pelo instituto. São alarmantes oito casos de agressões físicas por minuto.

com a educação dos filhos. Diante da pandemia, as aulas de crianças e adolescentes passaram a ser ministradas de forma remota. Para 57% das entrevistadas, seus filhos e filhas estão assistindo aulas pela internet e são elas, em maioria, que fazem o acompanhamento da realização das tarefas repassadas pelos professores. Chama a atenção que 20% das entrevistadas responderam que seus filhos e filhas estão simplesmente sem nenhuma atividade escolar durante a pandemia, o que poderá impactar no nível de escolaridade dessas crianças e adolescentes no futuro próximo. Nesse sentido, estratégias de reforço escolar podem ser úteis na retomada das aulas.

Além dos filhos, o cuidado com as pessoas idosas também é comumente uma tarefa de responsabilidade exclusiva para 47% das mulheres. Para 89% das entrevistadas, que têm idosos em casa, a atenção dedicada a eles aumentou durante a pandemia. Como é sabido, a taxa de mortalidade dos acometidos pela Covid-19 é mais alta entre as faixas etárias superiores, exigindo maior atenção para essa população, no que se refere aos protocolos sanitários.

Saúde

Todo esse acúmulo de atividades, aliada a perda de renda e as incertezas sobre o futuro refletem diretamente na saúde das mulheres. Identificou-se que 26% delas desenvolveram algum tipo de enfermidade durante a pandemia. Dentre elas, 59% conseguiram obter atendimento médico e o restante apontou dificuldades. A ausência de profissionais e a distância dos locais de consulta foram apontados como fatores que impediram um tratamento formal. Estresse, ansiedade, depressão, dores musculares, síndrome do pânico e até mesmo sequelas deixadas pela Covid-19 estão entre os problemas de saúde relatados por elas.

As mulheres foram questionadas sobre os sentimentos mais presentes durante a pandemia. O medo, a tristeza e o estresse foram os mais citados por elas, mas também a esperança e o afeto fizeram parte do cotidiano das entrevistadas, demonstrando que essa nova situação

Eu acho que quem está sendo mais afetada são as mulheres, o psicológico delas está arrasado com o confinamento e o distanciamento com as famílias. Isso é muito doloroso e espero que o governo olhe mais para as mulheres e a importância dessas mulheres na vida social do meio rural, pois mesmo elas estando na frente de tudo, elas continuam sendo invencíveis.

Agricultora entrevistada

imposta pela pandemia gerou sentimentos ambíguos. Tais sentimentos foram provocados pelo medo de se infectar, pela progressiva disseminação do vírus, pelo distanciamento físico e pela incerteza sobre o futuro.

Por fim, quanto ao tema saúde e relações familiares, 95% das entrevistadas pretendem se imunizar com a vacina, assim que seu grupo etário estiver liberado e 91% acompanham o calendário de seu município para se informar quanto à vacinação.

A Covid-19 em si, enquanto doença, não foi o principal problema para as mulheres entrevistadas, pois mais de 80% delas não havia perdido nenhum familiar para a doença quando a pesquisa foi realizada. No entanto,

56% das participantes afirmaram ter sido ou ter alguém muito próximo contaminado pelo coronavírus.

São diversos fatores que afetaram a saúde física e, sobretudo, mental dessas mulheres, materializados na ausência dos processos de interação social, na brusca diminuição do tempo livre e de lazer, no aumento do trabalho doméstico e de cuidado. É preciso um olhar atento para isso, já que o acesso ao tratamento não é fácil, dada a distância das comunidades e a ausência de médicos especialistas. É certo que as mulheres promovem o autocuidado, fazendo uso de ervas medicinais e chás, parte de um saber ancestral adquirido por elas, contudo, em alguns momentos pode não ser suficiente para aplacar as dificuldades psicológicas que emergiram dessa difícil – e inédita – situação que todas nós estamos passando.

ANALISANDO O TEMA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS

A violência contra as mulheres foi um primeiro grande tema ligado às relações sociais de gênero que emergiu ainda no início da pandemia⁶. O número de denúncias de abusos aumentou significativamente, desvelando uma das piores faces do isolamento social. A maior presença dos homens dentro de casa, consumo de álcool em excesso, a incerteza sobre o futuro, diminuição da renda e a sobrecarga de trabalho doméstico são alguns fatores apontados como estopins que geram o aumento da violência (MARQUES et al, 2020). No caso das crianças, a ausência da rede de apoio social e psicológica obtida nas escolas e o estresse dos pais diante da situação pandêmica são fatores que podem gerar situações de violência.

Foram direcionadas questões sobre esse tema às agricultoras, especificamente sobre o conhecimento delas em relação aos casos de violência em geral e na comunidade, suas percepções sobre as causas, se elas haviam sofrido algum tipo de violência, se houve aumento durante a pandemia, se elas têm a quem recorrer em casos de abusos e se a violência contra crianças aumentou na comunidade.



Violência contra as mulheres

Dentre as entrevistadas, 95% concordam com a afirmação de que houve aumento no número de casos de violência contra as mulheres durante a pandemia. Metade delas afirmou que conhece alguém que sofreu algum tipo de violência e 21% disseram que a violência ocorreu com elas mesmas, o que em números absolutos corresponde a 72 agricultoras. Para 14% das mulheres que afirmaram terem sofrido abusos, essa prática teve aumento durante a pandemia.

As respostas direcionadas às causas da violência formam um amplo espectro. Para facilitar uma leitura dos dados, propõe-se a identificação de três níveis de fatores que foram apontados pelas entrevistadas como causas da violência contra as mulheres. O primeiro reside em um parâmetro mais objetivo, cujas respostas se dão em torno do alto consumo de álcool e outras drogas, a dependência financeira, o ciúme, a falta de ocupação, a posse de armas, o uso do celular por parte das mulheres e a impunidade nos casos em que há denúncia. O segundo fator pode ser compreendido como estrutural, aqui as mulheres citaram

7 As agricultoras citaram como ações dos projetos a que elas tiveram acesso: cozinha comunitária, galinheiro, quintal produtivo, reuso de água cinza, biodigestor, cisternas, máquinas de costura, animas (caprinos, porcos e galinhas), unidades de beneficiamento, máquinas para produção, casa de mel, trator, poço artesiano, dessalinizador, sementes e mudas, kit irrigação, entre outros.

8 Observa-se que a parcela das mulheres que recebeu o que denominaram de "kits de alimentos" da merenda escolar contou apenas com dois ou três recebimentos.

o machismo, o patriarcado, a submissão das mulheres e o domínio masculino como causas da violência. Por fim, o terceiro fator é de ordem simbólica, em que as entrevistadas citaram os abusos psicológicos, os gritos e as intimidações. Um pequeno número de mulheres entrevistadas citou o comportamento inadequado das próprias mulheres como fator que desencadeia a violência. Apesar de poucas respostas nesse sentido, chama a atenção que algumas mulheres ainda culpabilizem as vítimas de violência.

As entrevistadas afirmaram ter uma rede de apoio, no caso de sofrerem qualquer tipo de violência. Para 93% delas, há a quem recorrer se algum abuso lhes for direcionado. Família, parentes e vizinhos foram os mais citados por elas, mas há também respostas direcionadas à justiça, CRAS, delegacia da mulher e lei Maria da Penha. Essas últimas respostas denotam a importância da disseminação de informações e conhecimento dos dispositivos e equipamentos direcionados às mulheres no combate à violência.

Ao serem questionadas sobre o que poderia ser feito para diminuir os casos de violência contra as mulheres, as respostas das entrevistadas foram diversas,

Nós não estamos passando fome, mas estamos vivendo do mínimo e estamos comendo somente o básico, nossa diversidade na alimentação acabou.

Agricultora entrevistada

correspondendo às causas que elas elencaram como fatores que desencadeiam atos de abuso. Nesse sentido, maior punição e cumprimento da legislação foram bastante citados por elas, especialmente porque em várias situações o agressor acaba voltando para casa ou quem deixa sua moradia são as mulheres que sofreram abusos. Políticas públicas de assistência, construção de centros de apoio nos municípios e ações de apoio psicológico também foram citados. O empoderamento coletivo, capacitações, disseminação de informações e a tomada de consciência por parte de homens e mulheres de que a violência é um problema de todos complementam as respostas das entrevistadas quanto às possíveis soluções contra a violência.

Violência contra as crianças

Se, por um lado, a violência contra as mulheres está presente nas comunidades, a violência contra as crianças não foi tão observada pelas entrevistadas e 86% delas afirmaram desconhecer tal acontecimento. Dentre os 14% que confirmaram ter conhecimento dos atos de violência contra as crianças, 66% – ou 31 entrevistadas – disseram que os casos aumentaram durante a pandemia.

Em suma, a análise dos dados sobre violência contra mulheres e crianças confirma um aumento dos casos entre as mulheres rurais, acompanhando as estatísticas



nacionais sobre o tema. Percebe-se, contudo, que a maioria delas têm consciência de que se trata de uma questão estrutural e que a mudança só será possível com um amplo trabalho de capacitação e informação envolvendo tanto homens, quanto mulheres. Também há aquelas mulheres que ainda culpabilizam as vítimas e acreditam que é o comportamento feminino que provoca a violência, denotando a necessidade de formação constante sobre esse tema.

ANALISANDO A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O último bloco de questões foi direcionado à categoria segurança alimentar e nutricional. Aqui, as entrevistadas foram questionadas sobre eventuais dificuldades de alimentação na família, se houve alteração no padrão alimentar, se a família teve acesso a doações para que pudesse se alimentar, se surgiu algum impasse no plantio dos produtos ou aumento e diversificação da produção e se a comunidade se mobilizou para ajudar outras famílias com dificuldades em se alimentar durante a pandemia.

A questão da insegurança alimentar e da fome vem preocupando autoridades comprometidas com o desenvolvimento sustentável, entidades e movimentos de apoio às populações vulneráveis e pesquisadores do tema. Dados produzidos em 2021, pela Rede PenSSAN (Grupo Pró-Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras em Segurança Alimentar e Nutricional), em domicílios brasileiros apontam que 55,2% da população está em situação de insegurança alimentar. Desse total, 9% passam fome. O relatório ainda mostra que os dados são mais acentuados em áreas rurais e com baixo acesso a água, atingindo especialmente as mulheres negras.

Essa situação que o país vivencia e que foi fortemente agravada pela pandemia não corresponde à realidade da maioria das agricultoras beneficiárias dos projetos, pois 71% delas afirmaram não passar por dificuldades para se alimentar nesse período. Esse é um dado bastante interessante e deve ser analisado sob algumas perspectivas.

As mulheres violentadas costumam a denunciar pelo medo e a depressão vem desse medo da violência. Deve ter uma psicóloga para atendimento das mulheres e orientá-las para o bem-estar delas, pois muitas mulheres não denunciam, também pelo medo dos filhos ficarem com raiva delas também.

Agricultora entrevistada

Em primeiro lugar, considera-se que a produção realizada pelas famílias das entrevistadas no ano passado foi boa porque as condições climáticas foram favoráveis ao plantio, assegurando a alimentação familiar. Outro destaque refere-se, como se verá a seguir, ao aumento do consumo dos próprios produtos, em detrimento dos industrializados adquiridos em supermercados, que tiveram elevação nos custos. Um terceiro elemento diz respeito ao apoio dado pelos projetos. As entrevistadas foram beneficiadas com uma série de ações por parte dos projetos. Algumas das agricultoras foram beneficiadas com animais (aves, caprinos, porcos) o que lhes serviu tanto para alimentação, quanto para venda, funcionando como poupança para que elas pudessem investir em outras iniciativas que assegurassem alguma renda.⁷

De todo modo, se a maioria das mulheres entrevistadas não teve problema para se alimentar durante a pandemia,

é importante atentar para os fatores que levaram quase 30% das agricultoras a responder que suas famílias estão tendo dificuldades para se alimentar na pandemia, mesmo em condições favoráveis ao plantio. Como dito, não se trata de uma questão de um único viés, mas é a conjunção de fatores, materializados na ausência dos canais de comercialização, no aumento dos preços dos alimentos no supermercado e na falta de um auxílio financeiro que contemple as necessidades, que culminam na falta de comida no prato.

Para 47% das mulheres entrevistadas, a alimentação da família foi modificada para um maior consumo da própria produção, diminuindo a compra de produtos industrializados basicamente por dois motivos. O primeiro refere-se ao aumento dos preços em geral e, especificamente, da carne bovina. O segundo motivo é a ausência de transporte regular nas comunidades, dificultando a mobilidade entre as áreas rurais e urbanas, locais em que se encontram os supermercados que oferecem melhores preços. Um maior consumo da própria produção reflete também na troca de produtos com vizinhos e outras pessoas da comunidade, situação que teve aumento durante a pandemia para 7% das entrevistadas.

Em muitos municípios, recorreu-se à distribuição dos produtos que seriam base para a alimentação escolar para as famílias que necessitassem. Esse foi o caso de 46% das famílias, enquanto 37% não recebeu nenhum tipo de auxílio ou doação para colaborar na alimentação da família⁸. Outras 16% receberam cestas básicas. Tais cestas foram distribuídas pelas mais diversas entidades e organizações, entre elas o Incra, as secretarias de agricultura estaduais e municipais, igreja, associações, sindicatos e movimentos sociais (MPA, MST e Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombos). Os projetos que as mulheres são beneficiárias também foram citados por algumas das entrevistadas e uma delas citou que recebeu uma cesta de alimentos de um vereador local.

No que concerne à produção, 51% das entrevistadas afirmaram ter dificuldades em produzir, dadas as condições climáticas. Como já apontado anteriormente,

as chuvas foram escassas no início deste ano. No ano anterior, em 2020, a produção foi boa, como apontam 39% das entrevistadas que afirmaram não ter tido nenhum problema para produzir.

Em termos de alterações no padrão de produção, 61% das entrevistadas afirmaram que não mudaram em nada seu modo de produzir. Para 17% houve aumento da produção, 11% promoveram diversificação dos produtos e 9% aumentaram e diversificaram. Logo no início da pandemia suscitou-se o debate quanto à qualidade da alimentação, principalmente por razões de fortalecimento do sistema imunológico. Nesse cenário, os agricultores e, especialmente, a agroecologia poderiam ganhar mais espaço no consumo alimentar dos brasileiros. Os dados demonstram que está ocorrendo um aumento e diversidade da produção, porém não foi possível inferir se essa modificação está ocorrendo para atender a uma demanda de mercado ou se refere-se ao consumo familiar.

Por fim, quanto ao tema segurança alimentar e nutricional, as mulheres foram questionadas sobre a existência de iniciativas voltadas para auxiliar as famílias de suas próprias comunidades que estavam com dificuldades para se alimentar. Para 52% das entrevistadas, houve iniciativas nesse sentido, materializadas na arrecadação, organização e distribuição de alimentos e cestas básicas. Para 24%, não houve necessidade de auxílio, já que as famílias não apresentaram problemas com alimentação.

É interessante observar que mais da metade das entrevistadas afirmou que houve organização para ajudar a comunidade nessa questão alimentar, porém a grande maioria delas não passou por esse problema. Pode-se indicar, com base nessas afirmações, que o apoio recebido pelos projetos foi fundamental para que a situação de insegurança alimentar não se instalasse nas famílias beneficiárias. Contudo, um conjunto de fatores, como a finalização do apoio advindo dos projetos, a diminuição do valor do auxílio emergencial, as condições climáticas desfavoráveis ao plantio e a incessante disseminação do coronavírus, apontam para um futuro ainda incerto no que diz respeito à segurança alimentar dessas famílias.





The background features a stylized illustration of a desert landscape. At the top center is a large, circular sun with concentric, swirling lines. To the left, there are two small, dark, rounded clouds. Below them, a bird is shown in flight, facing right. In the lower half of the image, there is a cactus on the left and a simple, rectangular house with a tiled roof on the right. The foreground is filled with stylized, dark, leafy plants. The entire scene is rendered in a dark, muted color palette against a dark background.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA VIDA E NO TRABALHO DAS TÉCNICAS

Análise sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na vida e no trabalho das técnicas

Além de ouvir as agricultoras beneficiárias, a pesquisa também realizou entrevistas com as técnicas que atuam nos projetos apoiados. Por meio de um instrumento específico, as mulheres responderam questões ligadas às dificuldades encontradas para o desempenho de suas atividades durante a pandemia e a opinião delas sobre a forma como as agricultoras foram impactadas.

A maioria das entrevistadas está na faixa etária compreendida entre os 30 e 34 anos de idade, mas foi possível abranger outras idades, inclusive mulheres idosas. Essa variedade foi importante para que houvesse uma diversidade de opiniões, já que a pandemia impacta de modo distinto as mulheres em suas diferentes fases da vida, refletindo em suas percepções sobre os problemas gerados e as possíveis soluções a serem tomadas.

Em termos de origem étnica, 50% das técnicas se autodeclararam pardas e 37% brancas. A maioria delas é solteira (53%) e 37% são casadas.

Sentimentos gerados e cotidiano de trabalho na pandemia

A realidade inédita provocada pela pandemia, cuja premissa reside em distanciar-se das pessoas queridas para protegê-las, faz emergir uma série de sentimentos e emoções que se mostram, igualmente, ambíguos. Esperança, medo, raiva e empatia convivem em uma gangorra de emoções que se alteram diante das situações desveladas no cotidiano.

A incerteza sobre o futuro vai dando lugar à esperança, a partir da possibilidade da imunização pela vacina que, lentamente, torna-se realidade.

Apesar da exaustão psicológica ser citada por grande parte das entrevistadas, apenas 7% delas iniciou algum tipo de tratamento psicológico durante a pandemia e somente 13% declararam receber apoio dessa natureza da entidade em que atuam como técnicas. Nos casos em que houve apoio das entidades, ocorreu o encaminhamento das profissionais para um atendimento especializado. Algumas das entrevistadas citaram que não houve apoio específico, mas que aconteceram, principalmente no início da pandemia, rodas de conversa entre as profissionais, servindo como um apoio mútuo para o enfrentamento da inédita situação que estavam vivendo.

Dentre as técnicas entrevistadas, 63% cursaram algum tipo de pós-graduação, geralmente uma especialização voltada para o aprimoramento de sua área de atuação dentro dos projetos, cujas atividades referem-se à assistência técnica e organização social das famílias beneficiárias. Em geral, elas atuam em campo por meio de visitas de orientação técnica e extensão rural, promovendo a gestão social dos projetos, bem como sua fiscalização e execução. Justamente por esse caráter de acompanhamento in loco das ações dos projetos e pela proximidade que têm junto às famílias, as técnicas consideram que o trabalho exercido por elas foi bastante alterado por conta da pandemia.

A proposta de realizar um trabalho – que pela sua natureza requer uma grande proximidade – à distância foi

a principal mudança que as técnicas vislumbraram com a pandemia. Não poder ir à campo para verificar o andamento da produção agrícola ou mesmo para estabelecer um diálogo com as famílias foi extremamente difícil para as entrevistadas. Algumas tiveram dificuldade em se adaptar ao novo modelo imposto pelo distanciamento físico, já que o contato com as famílias era praticamente diário antes da pandemia. Outras relatam a dificuldade em estabelecer tais diálogos por meio de tecnologias muitas vezes desconhecidas – ou mesmo inacessíveis – para as agricultoras e agricultores.

Essa ideia de que suas funções foram altamente prejudicadas reflete na percepção delas sobre o próprio trabalho desempenhado. Quando questionadas se o projeto em que elas atuam ficou parado durante a pandemia, 20% das entrevistadas responderam que sim, porém aprofundando a questão, percebe-se que não houve paralisação dos trabalhos, pois 100% delas realizou home office, principalmente nos primeiros meses de 2020. A importância do trabalho de campo tornou o trabalho realizado em suas residências como parcialmente exercido, na perspectiva das entrevistadas. Por outro lado, elas entendem que houve aumento na carga horária de trabalho, embora isso não tenha ocorrido de maneira formal. Isso se deve ao fato de ficarem disponíveis por muito mais tempo, devido ao uso das tecnologias. Elas relatam que para se ajustarem ao cotidiano das famílias, realizavam atendimentos no período noturno, momento em que as agricultoras tinham mais tempo para atendê-las, após terem realizado suas tarefas diárias.

As atividades ocorrem da seguinte maneira: logo no início da pandemia, em março de 2020, as técnicas passaram a atuar em suas casas, mantendo o contato com as famílias beneficiárias por meio de ligações telefônicas e mensagens por WhatsApp. Depois de seis meses, elas iniciaram a volta às atividades de campo de forma gradual, com visitas individuais, manutenção do distanciamento, uso de máscaras e álcool nas mãos. Nesse retorno a campo, as técnicas relataram que a principal dificuldade enfrentada por elas foi manter o distanciamento, pois estavam acostumadas ao contato físico com as agricultoras,



Gráfico 17 – Faixa etária das técnicas entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo

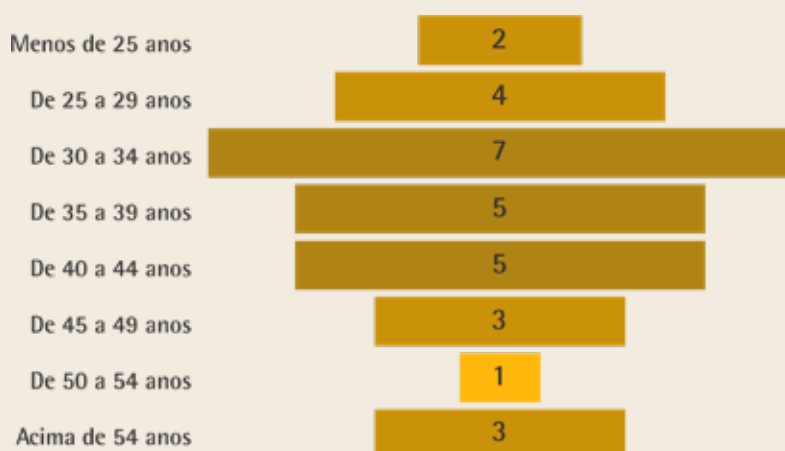


Gráfico 19 – Principais dificuldades encontradas pelas técnicas no desempenho de suas atividades durante a pandemia

Fonte: Pesquisa de campo

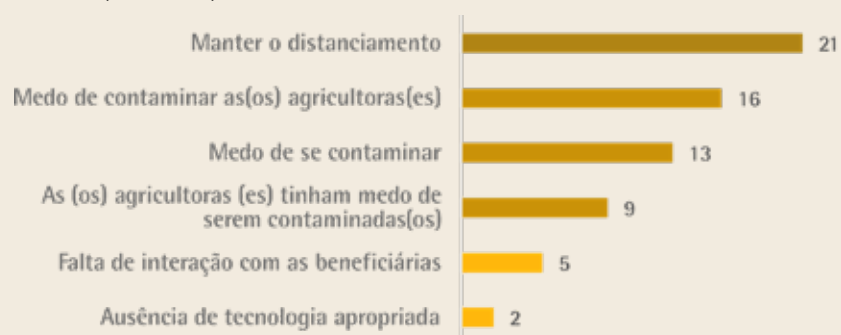


Gráfico 18 – Emoções e situações que provocaram as emoções vivenciadas pelas técnicas durante a pandemia.

Fonte: Pesquisa de campo



aos abraços e ao cafezinho que mescla as orientações técnicas com diálogos da vida cotidiana. A quebra desse ciclo com visitas rápidas e sem contato físico representou uma grande dificuldade para elas, seguida do medo de contaminar as famílias, já que para exercer suas atividades passavam por várias propriedades e mesmo tendo todos os cuidados possíveis, o receio de carregar o vírus entre as comunidades foi e ainda é grande.

Para além das questões voltadas à assistência, as técnicas acabam estreitando as relações pessoais com as agricultoras e servem como uma espécie de ponte entre elas e o mundo urbano, que às vezes é bastante distante e de difícil acesso. As agricultoras recorrem às técnicas para resolver outros tipos de problemas que não estão ligados necessariamente à produção. Questões pessoais, de saúde e até mesmo financeiras são direcionadas a elas, que procuram dar encaminhamento às demandas sempre que possível. Quando elas não têm conhecimento, procuram quem pode ajudá-las para que as agricultoras “não fiquem sem um retorno”, como elas esclareceram durante as entrevistas. Dentre as questões pessoais, estão dúvidas sobre acesso às políticas públicas, emissão de documentos, aposentadoria e, mais recentemente, questões sobre a vacina contra a Covid-19 e o uso de internet.

Dificuldades enfrentadas pelas agricultoras

Segundo as técnicas, a principal dificuldade que vem sendo enfrentada pelas agricultoras é a comercialização. De acordo com 70% das entrevistadas, a limitação da realização das feiras, proposta pelos decretos estaduais que diminuíram ou até vetaram essa atividade, ocasionou a queda na venda dos produtos da agricultura familiar, atingindo especialmente as mulheres que comercializavam seus produtos nesses espaços. Isso reflete na segunda dificuldade citada por 50% das técnicas entrevistadas: a ausência de uma renda própria.

Para as entrevistadas, algumas agricultoras tentaram traçar alternativas para resolver o problema da

comercialização, mas não conseguiram atingir o mesmo patamar que alcançavam com a realização das feiras. Dentre as estratégias a que elas recorreram, está a venda dos produtos por WhatsApp ou outro tipo de mídia social, como o Instagram ou Facebook. De acordo com as entrevistadas, as agricultoras divulgavam os produtos disponíveis por esses meios e realizavam a entrega nas casas ou em algum ponto combinado com antecedência. Em alguns municípios, houve apoio das prefeituras que disponibilizaram um funcionário em um espaço físico para a entrega dos produtos negociados virtualmente. Ainda em termos de apoio governamental, as técnicas do Projeto Viva o Semiárido, no estado do Piauí, citaram a colaboração estadual na realização da “Quitanda Virtual”, com o objetivo de ajudar os agricultores nesse processo de comercialização durante a pandemia.

As técnicas atendem diversas comunidades nos municípios em que atuam⁹, mantendo contato direto com muitas mulheres e, por isso, puderam opinar sobre como a pandemia vem afetando a vida delas e de suas famílias. Uma das dimensões da vida social que foi afetada diretamente pela obrigatoriedade do distanciamento físico é o processo de participação e interação a que as mulheres rurais vinham se engajando nos últimos anos. Isso ocorria devido às atividades desenvolvidas pelos próprios projetos dos quais elas são beneficiárias, seja para a realização de capacitações ou na formalização de associações voltadas à comercialização de seus produtos.

Nesse sentido, as entrevistadas foram unânimes em responder que as agricultoras costumavam, antes da pandemia, participar de reuniões de associações e outras entidades. Com o distanciamento físico, essas atividades foram substituídas por reuniões on-line para 47% das entrevistadas, deixaram de ocorrer para 40% e continuam a acontecer, respeitando regras de distanciamento e uso de máscaras, para 37%. Para algumas técnicas, essas formas de encontro acontecem de modo concomitante, a depender dos decretos promulgados pelos governos estaduais, culminando em períodos de maior ou menor possibilidade da realização de atividades presenciais.

9 O número de comunidades a que as técnicas se dedicam varia bastante, refletindo também no número de mulheres que são atendidas por elas. Muitas técnicas afirmaram trabalhar em mais de 15 comunidades simultaneamente. Nesses casos, as beneficiárias podem chegar a 1.500 mulheres, a depender das atividades que desempenham pelo projeto. Por outro lado, algumas técnicas fazem atividades mais focalizadas, envolvendo 13 mulheres de três comunidades.

Muitas entrevistadas afirmaram que os momentos em que essas reuniões aconteciam representavam muito mais do que simples reuniões para as agricultoras. Eram momentos em que elas interagiam, trocavam informações pessoais e sobre a produção, tinham a oportunidade de se organizarem e se situarem no mundo social mais amplo. Ou seja, para além dos ganhos objetivos referentes a possibilidade de ampliação da comercialização e da organização social das beneficiárias, havia os benefícios subjetivos postos na interação social para além do núcleo familiar.

Segundo as técnicas entrevistadas, essas interações passaram a ocorrer mais frequentemente entre elas e os parentes mais próximos que são residentes da mesma propriedade, reduzindo a circulação até mesmo delas dentro da própria comunidade. O uso de tecnologias para promover a aproximação entre as mulheres rurais e as pessoas mais distantes não foi tão usual. Para apenas 3% das entrevistadas as formas de interação social das beneficiárias continuaram sendo realizadas da mesma forma. É preciso, contudo, destacar que nesses casos elas informaram que as visitas já eram restritas ao círculo familiar mais próximo.

O acesso a renda das agricultoras

Como dito anteriormente, a ausência dos espaços físicos para realização das feiras visando a comercialização representou uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais durante a pandemia, segundo as técnicas entrevistadas. Essa nova realidade afetou diretamente a condição econômica das agricultoras, visto que 87% das técnicas afirmaram que houve redução em suas rendas e mais de 90% recorreu ao auxílio emergencial para garantir alguma renda. Não houve grandes dificuldades para acesso a esse benefício, já que a grande maioria já recebia a transferência de recursos do programa Bolsa Família.

É interessante destacar que as técnicas se dividem quando questionadas se acreditam que as mulheres rurais possuem autonomia financeira. Para 53% das

entrevistadas, as agricultoras não têm autonomia. Muitas delas justificaram que nessa resposta identificam a maioria das mulheres das comunidades, destacando que poucas possuem autonomia porque conseguem vender os produtos beneficiados e fazem a gestão desse recurso. Outras técnicas destacaram que as agricultoras que aderiram ao Projeto Cadernetas Agroecológicas têm autonomia financeira porque aprenderam, durante a execução do projeto e o preenchimento das cadernetas, o valor monetário e social de seu trabalho e de sua produção.

Ainda sobre renda, as técnicas que atuam no Projeto Dom Távora, no estado de Sergipe, destacaram que as agricultoras iniciaram um processo de confecção de máscaras durante a pandemia. Esse trabalho garantiu uma renda extra, visto que elas aproveitaram a oportunidade de seu saber-fazer artesanal na produção desse equipamento de proteção que passou a ser indispensável na vida de todos. Essas agricultoras conseguiram, inclusive, contratos com as prefeituras e hospitais para o fornecimento desse material.

As atividades de cuidado

Se, de um lado, a renda a que as mulheres rurais tinham acesso diminuiu, de outro, o trabalho doméstico e de cuidado aumentou durante a pandemia na opinião de 67% das técnicas entrevistadas. Elas explicam que muitas delas receberam familiares que moravam nas áreas urbanas ou em grandes cidades. As mulheres ficaram responsáveis pelos filhos em idade escolar dentro de casa, a quem ainda ajudam com as tarefas escolares, bem como pelos idosos que requerem seus cuidados. Todo esse acúmulo de atividades traz um enorme cansaço físico e mental às agricultoras. Segundo as técnicas, o resultado dessa sobrecarga causa estresse, cansaço, desmotivação, menos tempo para se dedicarem a outras atividades, como o artesanato ou outras formas de lazer, causando declínio na autoestima. Além disso, com os maridos mais tempo em casa, elas têm suas ações limitadas.

Gráfico 20 – Avaliação das técnicas sobre os processos de interação social das agricultoras durante a pandemia

Fonte: Pesquisa de campo



Gráfico 21 – Opinião das técnicas quanto à disponibilidade de atendimentos médicos (físico e psicológico) para as agricultoras

Fonte: Pesquisa de campo

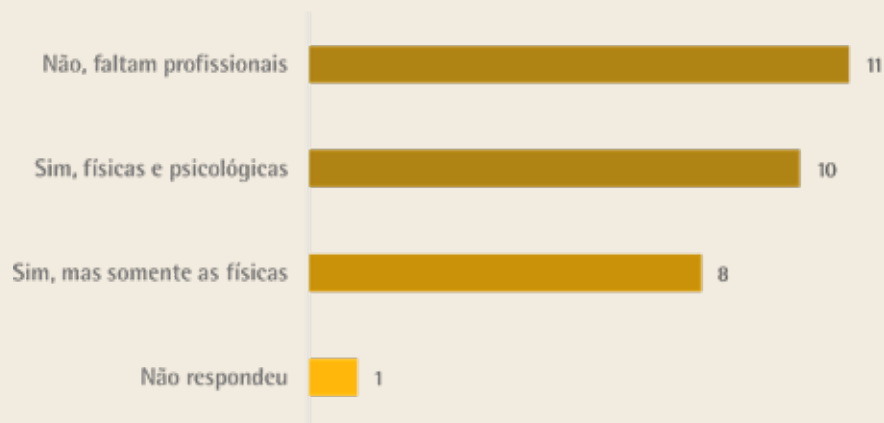


Gráfico 22 – Opinião das técnicas quanto à qualidade da alimentação das famílias durante a pandemia

Fonte: Pesquisa de campo

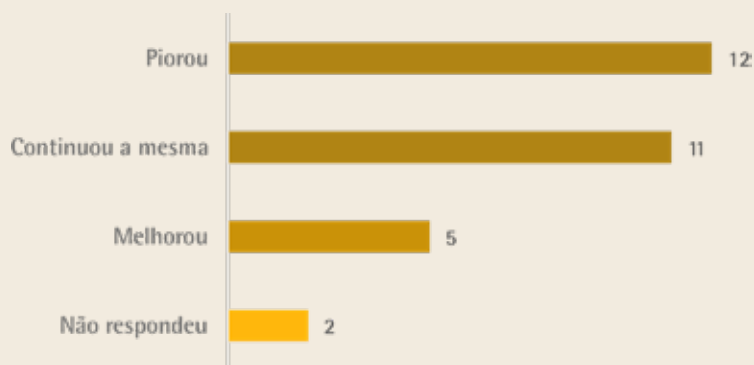
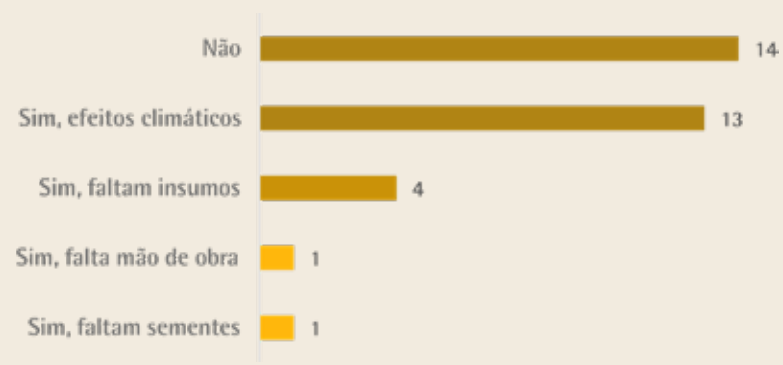


Gráfico 23 – Opinião das técnicas quanto às dificuldades encontradas pelas famílias para produzir durante a pandemia

Fonte: Pesquisa de campo



O impacto na saúde das agricultoras

Todos esses fatores convergem para problemas de saúde, sejam eles físicos ou psicológicos. Para 37% das técnicas entrevistadas, faltam profissionais para o atendimento das agricultoras. Elas esclarecem, contudo, que na grande maioria dos municípios, há a presença de agentes comunitários de saúde que fazem o atendimento primário. No entanto, quando necessitam de especialidades, precisam se locomover até o município sede – ou até mesmo municípios vizinhos, de maior porte – para conseguirem atendimento e terem acesso ao tratamento adequado de acordo com o tipo de demanda que apresentam.

Uma das técnicas entrevistadas relacionou a sobrecarga de trabalho doméstico às situações de violência doméstica. Esse tema é bastante delicado mesmo quando se trata das estreitas relações estabelecidas entre as técnicas e as agricultoras. Percebe-se, por meio de seus relatos, que a interação social entre elas não é suficiente para que

haja confiança para tratar desse assunto. Tudo indica que é uma conjunção de fatores que leva as agricultoras a se abrirem e compartilharem suas experiências, entre eles a confiança, o tempo de relacionamento com as técnicas e a gravidade da situação.

Por isso, as entrevistadas se dividem sobre a existência ou não de casos de violência doméstica nas comunidades em que atuam. Para 57%, a questão é pertinente e 43% consideram que não se trata de um problema comum nas comunidades em que elas prestam assistência.

Os casos de violência

As técnicas que confirmaram a existência de casos de violência contra as mulheres destacam como o assunto ainda representa um tabu e aparece velado nas comunidades, citado entre conversas e muito raramente de forma direta pelas agricultoras. Para elas, a questão é quase naturalizada pelas mulheres que se acostumaram a conviver com a violência simbólica e somente quando os casos chegam às agressões físicas repetidas é que elas procuram ajuda. Nos poucos casos em que as técnicas foram procuradas para ajudar nas questões relacionadas à violência, elas tentaram encaminhar para a assistência social do município e passaram a acompanhar mais de perto as famílias. Em um dos casos a técnica conversou com o marido agressor, na busca de alertá-lo sobre a possibilidade de ele responder por seus atos criminalmente, bem como como forma de tentar entender o conflito estabelecido. Segundo ela, o diálogo foi suficiente para que as agressões cessassem.

Quando questionadas sobre a causa da violência contra as mulheres nas comunidades em que atuam, 20% das técnicas informaram ser a dependência econômica, 7% a dependência física e emocional e 23% o alcoolismo dos parceiros. O restante das entrevistadas (50%) define outros fatores que correspondem aos casos de violência. Citam a educação, o machismo, a dominação masculina e o patriarcado como as causas eminentes, ou seja, para essas técnicas é o componente estrutural que conforma



os processos de construção social e que desenha a posição social das mulheres como subordinadas aos homens. Nesses casos, elas salientam que uma mudança só ocorrerá por meio da educação e do conhecimento, fatores capazes de promover uma alteração comportamental.

Ainda sobre o tema da violência, somente 23% das técnicas afirmaram que os casos aumentaram durante a pandemia. Para elas, a maior presença dos homens dentro de casa criou um ambiente mais favorável para as agressões que chegaram ao conhecimento delas por meio de outras mulheres das comunidades. Apenas uma das técnicas afirmou que ficou sabendo de um caso em que o marido foi preso pela agressão, mas foi solto logo depois. De forma geral, pode-se inferir que dadas as características que o tema carrega, a distância física das técnicas as afasta, também, do conhecimento dos casos de violência ocorridos durante a pandemia.

Uma outra técnica relatou que antes da pandemia se envolveu na resolução de um caso de violência doméstica, recorrendo à delegacia e assistência social, a vítima seria encaminhada para um abrigo na capital, contudo, o processo não foi finalizado. A entrevistada chama a atenção para o fato de ser a mulher a maior prejudicada, pois seria ela a sair de seu espaço cotidiano e ficar distante de suas redes de proteção para poder se resguardar das agressões físicas. Esse relato remete à necessidade de se repensar as estratégias de respaldo às vítimas.

Segurança alimentar das famílias e a produção

A opinião das técnicas sobre a qualidade da alimentação das famílias é bastante diversa. Para 43% das técnicas entrevistadas, a qualidade piorou, enquanto 39% afirmaram que a situação continua a mesma observada antes da pandemia.

Dentre as entrevistadas, 63% afirmaram que as famílias receberam cestas básicas como auxílio para a alimentação das famílias. Essas cestas foram, em maioria, doadas pelas prefeituras que contaram, inclusive, com a ajuda

das técnicas e técnicos dos projetos para identificar as necessidades das comunidades. Metade das técnicas afirmou que a merenda escolar foi distribuída para as famílias e 27% disseram não ter conhecimento sobre qualquer tipo de ajuda recebida pelas famílias.

Conforme dito anteriormente, essa pesquisa pretende contribuir para o conhecimento do impacto da pandemia em mulheres rurais do Semiárido nordestino. É sabido que essa região sofre com períodos de seca que inviabilizam – ou prejudicam profundamente – a produção. Durante o ano passado, as famílias conseguiram plantar e colher seus produtos que foram, em maioria, destinados à alimentação da família. Por outro lado, 43% das técnicas entrevistadas afirmam que no ano de 2021, provavelmente, a produção será prejudicada, por conta das condições climáticas. A falta de insumos também foi citada por 13% como um fator que dificulta a produção, especialmente pela elevação do valor dos grãos para a alimentação dos animais. De outro lado, para 47% delas, não há dificuldades com a produção.

Para 73% das entrevistadas, as famílias não alteraram em nada a produção, mantendo os tipos de produtos e quantidades de antes da pandemia. Apenas 23% das técnicas afirmaram que houve uma maior diversificação dos produtos. Essa mudança foi creditada, em parte, à implementação do Projeto Cadernetas Agroecológicas, uma vez que as agricultoras passaram a contabilizar sua produção, investiram em outros produtos que até então não existiam em seus quintais.

Em suma, as entrevistas com as técnicas que atuam nos projetos apoiados pelo FIDA e pelo Programa Semear Internacional demonstraram que as dificuldades impostas também as atingem tanto na execução de suas tarefas profissionais, quanto em suas vidas particulares. Além disso, foi possível compreender a estreita relação entre as técnicas e as agricultoras, especialmente na convergência entre a realidade colocada pelas beneficiárias e exposta anteriormente e a percepção das técnicas que, mesmo com o distanciamento imposto pela pandemia, conseguem vislumbrar o impacto que a Covid-19 vem promovendo na vida das mulheres rurais do Semiárido.





CAPÍTULO 5

OLHARES CRUZADOS: UM FOCO NAS MULHERES RURAIS E AS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS

Olhares cruzados: um foco nas mulheres rurais e as Cadernetas Agroecológicas

O Projeto Cadernetas Agroecológicas vem sendo, ao longo dos últimos anos, disseminado entre as mulheres rurais. Trata-se de um importante instrumento político-pedagógico que foi desenvolvido em 2011, pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata mineira (CTA-ZM), juntamente com outras organizações feministas e agroecológicas. O projeto tem como principal objetivo a formação das mulheres, servindo como uma qualificação que visa iluminar a importância do trabalho desenvolvido por elas e a sua contribuição para a renda familiar. Esse instrumento também auxilia no monitoramento da produção das agricultoras, valorando (e valorizando) a produção de autoconsumo, por focalizar nos produtos que são objetos de troca, doação e venda (FIDA, 2020). O Semear Internacional vem apoiando essa iniciativa nos projetos desenvolvidos na região semiárida do Nordeste brasileiro desde 2019, quando iniciou parceria com o CTA-Zona da Mata para uso das cadernetas por quase mil mulheres que foram acompanhadas por mais de um ano para sistematização e análise dos dados anotados por elas.

Nesse sentido, as cadernetas agroecológicas funcionam como uma ferramenta que poderá iniciar um processo de valorização social do trabalho desempenhado pelas mulheres. Como apontado em outro espaço (FAVARETO, 2019), o peso desigual do valor social dado ao trabalho que homens e mulheres desempenham no campo representa um elemento fundamental da desigualdade de gênero.

Dentre as 336 agricultoras entrevistadas, 61% participaram do Projeto Cadernetas Agroecológicas. O objetivo deste capítulo é lançar um olhar específico para as respostas dessas mulheres e colocar os dados em relação com as agricultoras que não participaram do preenchimento desse instrumento. Não se pretende estabelecer comparações, já que todas as mulheres entrevistadas são beneficiárias dos projetos e todos eles têm um forte viés na agroecologia e na igualdade de gênero. O que se pretende é evidenciar algumas transformações que despontam e podem ser reportadas ao uso das Cadernetas Agroecológicas. Para um maior aprofundamento e possíveis análises comparativas, recomenda-se a realização de uma pesquisa específica nesse tema.

Um primeiro dado a ressaltar refere-se à titularidade da propriedade, 42% das entrevistadas que participaram do Projeto Caderneta Agroecológica – a partir daqui denominado PCA – são proprietárias de seus estabelecimentos, enquanto 34% das que não participaram têm a titularidade em seu nome. Quanto à DAP, se somarmos as que são conjuntas com as que estão em nome das mulheres, as do PCA são 86% e as outras agricultoras representam 74%.

Em termos de comercialização, os dados demonstram que as mulheres do PCA lançaram mão de outras estratégias para comercializar seus produtos para além das feiras que, como visto, foram altamente impactadas pela pandemia. Dentre elas, 21% iniciaram venda pela internet e 7% aumentaram as

vendas de porta em porta. Para as mulheres que não participaram das cadernetas, esses percentuais caem respectivamente para 16% e 3%.

A renda média das mulheres do PCA teve maior queda em relação às que não participaram do projeto, conforme demonstrado no gráfico 24. Isso também é evidente na percepção delas sobre o impacto da pandemia nas fontes de renda. Dentre as mulheres do PCA, 45% afirmaram que houve uma redução significativa em suas rendas no contexto pandêmico. Observa-se que

durante as entrevistas, elas conseguiram estabelecer uma distinção entre o rendimento líquido e o bruto, indicando maior conhecimento dos investimentos e gastos que envolvem a atividade produtiva em relação às mulheres que não participaram do projeto.

Os dados apresentados a seguir podem ser esclarecedores quanto ao papel desempenhado pelas cadernetas enquanto um instrumento político-pedagógico capaz de intervir em temas relacionados à divisão sexual do trabalho e à segurança alimentar



e nutricional, principalmente do ponto de vista da qualidade dos produtos direcionados ao autoconsumo e de uma maior diversificação dos produtos.

Um dado bastante interessante diz respeito à divisão das tarefas domésticas. Para 30% das mulheres PCA, as tarefas são realizadas por toda a família, de modo a não sobrecarregar nenhum dos membros. Esse percentual cai quase pela metade (16%) no caso das mulheres que não participaram do projeto.

Para 53% das PCA, o padrão de alimentação da família está baseado principalmente nos próprios produtos, neste contexto da pandemia e 9% aumentaram a troca de sua produção entre os vizinhos e a comunidade. Para as agricultoras que não participam das cadernetas, esses percentuais são, respectivamente, 35% e 4%.

Por fim, quanto a esse foco na análise entre as mulheres do PCA e as que não participaram das cadernetas, vale ressaltar um aspecto que pode passar despercebido, mas que também se configura como um importante dado. Entre as primeiras, há um percentual bem menor de questões não respondidas em relação às agricultoras que não participaram das cadernetas. Esse dado corrobora uma observação realizada pelas pesquisadoras (CAZENAVE-TAPIE, 2021; FALCÃO, 2021; SANTOS, 2021; BARRETO, 2021) que apontam uma maior desenvoltura no sentido de responder às questões propostas durante as entrevistas, bem como um maior entendimento no que se refere à gestão da produção.

Em suma, os dados expostos anteriormente revelam que algumas transformações podem estar ocorrendo, quanto às relações sociais de gênero no campo, advindas da apropriação da ferramenta político-pedagógica que as Cadernetas Agroecológicas representam. É preciso apontar, contudo, que como qualquer aprendizado que vise mudanças estruturais, há a necessidade de acompanhamento e constante monitoramento, ao peso de arrefecer os avanços já obtidos.



Gráfico 24 – Renda média das mulheres do Projeto Cadernetas Agroecológicas (PCA) e não PCA, antes e depois da pandemia (em R\$)

Fonte: Pesquisa de campo

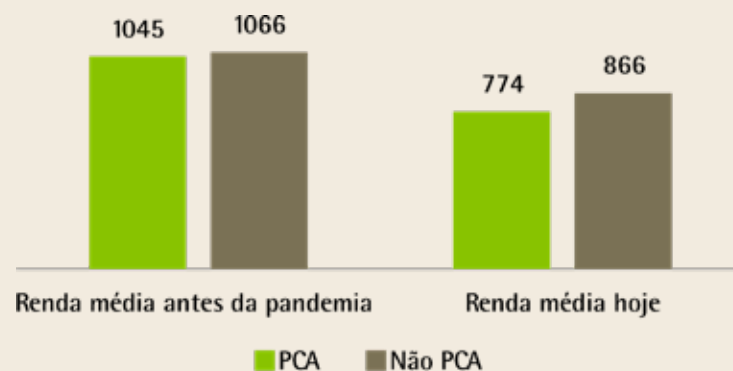


Gráfico 25 – Divisão do trabalho doméstico.

Fonte: Pesquisa de campo

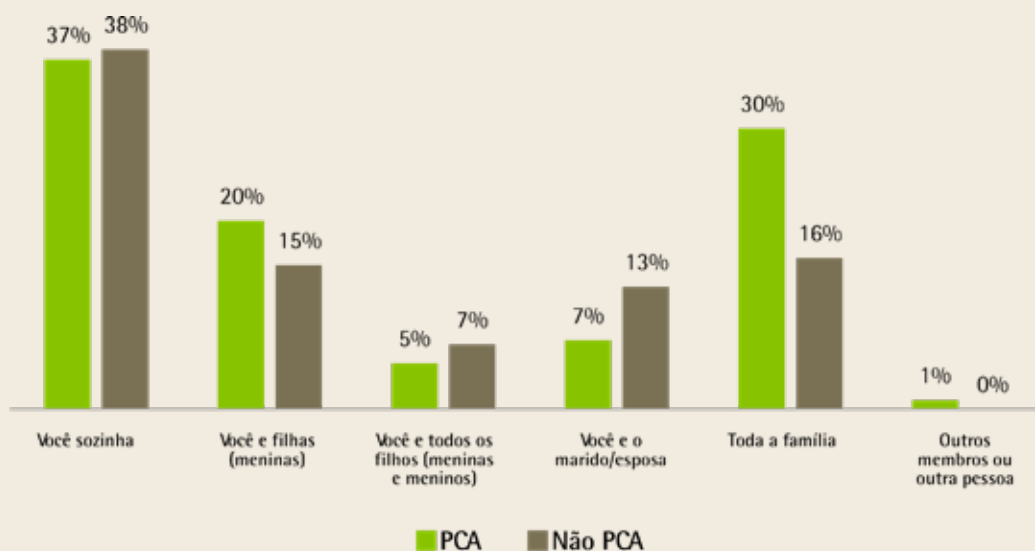
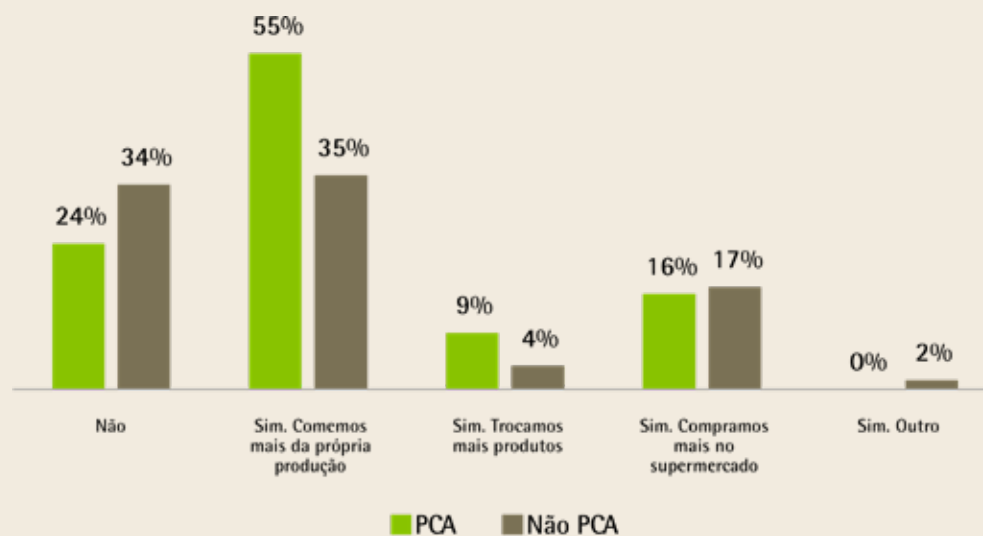


Gráfico 26 – Padrão alimentar das mulheres do Projeto Cadernetas Agroecológicas (PCA) e não PCA.

Fonte: Pesquisa de campo







CAPÍTULO 6

**ALGUMAS
RECOMENDAÇÕES
A PARTIR DOS
RESULTADOS DOS
IMPACTOS DA
COVID-19 NA VIDA DAS
MULHERES RURAIS**

Algumas recomendações a partir dos resultados dos impactos da Covid-19 na vida das mulheres rurais

É possível extrair algumas recomendações, a partir das análises expostas nas páginas anteriores, que poderão subsidiar futuras ações, de modo a dirimir os impactos causados pela pandemia da Covid-19 nas famílias agricultoras do Semiárido do Nordeste brasileiro e, especificamente, nas mulheres entrevistadas durante a realização da pesquisa. Além disso, durante a realização das entrevistas, as mulheres apontaram o que, na opinião delas, poderia ser feito para melhorar as suas vidas nesse difícil momento, tais respostas também foram aqui consideradas.

Mesmo que os projetos apoiados estejam em fase de finalização, entende-se que iniciativas dessa mesma magnitude, empenhadas em promover projetos de convivência com o Semiárido, especialmente com foco na agroecologia e na igualdade de gênero, devam fazer parte das estratégias de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, sugere-se aqui que, numa possível retomada dos projetos, alguns temas possam ter um olhar mais detido, de modo a aprimorar sua execução.

Sugestões para os projetos

Uma primeira sugestão aos projetos é que antes da implementação de qualquer ação seja realizada uma consulta junto às associações ou mesmo às comunidades, de modo a compreender as demandas e as potencialidades de cada uma, bem como a identificação de possíveis bloqueios que impeçam a implementação de determinadas ações. Isso facilitaria, inclusive, a inserção

dos beneficiários e das beneficiárias, potencializando a diminuição da burocracia exigida. Com esse diagnóstico, seria possível desenhar melhor a distribuição de técnicos por projeto, com o objetivo de ter uma cobertura mais satisfatória e não sobrecarregar os profissionais. Ao mesmo tempo, isso possibilitaria o atendimento para além da assistência técnica, como já ocorre em todos os projetos, dada a proximidade das técnicas com as beneficiárias.

Como visto, as técnicas e os técnicos desempenham um papel fundamental em promover a ligação entre as agricultoras e o mundo para além das comunidades, resolvendo questões de ordem pessoal e informativa. Sugere-se que, no momento de contratação desses profissionais, haja uma especial atenção à diversidade, como forma de atender às distintas realidades. Por exemplo, profissionais de diferentes faixas etárias.

Por fim, quanto aos projetos, sugere-se a implementação de ações específicas para as mulheres, com o objetivo de gerar renda, mas que não dependam de acesso à água, de modo a não comprometer o desenvolvimento das tarefas no período de seca. Aqui, poderão ser exploradas atividades não-agrícolas que, como visto, são estratégias presentes na vida das mulheres e acessadas em momentos em que há necessidade de complementação de renda.

Sugestões aos apoiadores

Para o Semear Internacional, propõe-se a continuidade no apoio a projetos que tenham como premissa a abordagem

agroecológica e a igualdade de gênero. Aproveitando a experiência que a pandemia trouxe na realização de eventos on-line, poderiam ser realizadas atividades de trocas de experiências exitosas entre os projetos, como forma de unificar as ações bem-sucedidas. Eventos conjuntos sobre temas ligados à violência doméstica, à justa divisão do trabalho doméstico e mesmo sobre acesso às políticas públicas disponibilizadas para a agricultura familiar poderiam ser explorados em eventos virtuais, possibilitando uma maior participação das mulheres.

Sugestões ao Poder Público

Um conjunto maior de sugestões e recomendações é direcionado ao poder público, mas alguns temas dispostos aqui poderão ser objetos dos projetos apoiados pelo FIDA, do Programa Semear Internacional ou outras doações, a depender da disponibilidade técnica e orçamentária. Trata-se de questões intrínsecas – e por vezes históricas – à reprodução social da agricultura familiar.

Uma questão ainda muito presente na agricultura familiar é a comercialização dos produtos. Nesse sentido, sugere-se a ampliação de programas de compras públicas, como PAA e PNAE, de modo a atender um número maior de famílias, estimulando a produção, porém sem deixar de lado os circuitos curtos de comercialização e o contato direto com o consumidor, via feiras. Dado o contexto pandêmico, o apoio à realização de feiras virtuais ou de vendas do

tipo delivery cresceu e poderá continuar mesmo após a pandemia, representando um formato a mais de acesso aos mercados. Ações que se dedicam a organizar melhor essas vendas, agregando um maior número de famílias ou estimulando sua execução, serão essenciais. Conjugado a isso, a ampliação do acesso à internet, bem como a qualidade dos serviços torna-se de fundamental importância.

A formalização de associações e cooperativas ainda é uma questão a ser resolvida e fundamental para que a comercialização seja ampliada. De igual importância, a regularização das DAPs é essencial para a comercialização e acesso a algumas políticas públicas.

A viabilização de infraestrutura que possa organizar e estimular a produção animal, a exemplo de matadouros, poderá contribuir na ampliação da renda. É importante que essa ação venha acompanhada das inspeções sanitárias pertinentes, voltadas para produtos de origem animal, cujo apoio de governos municipais é imprescindível.

Por fim, uma atenção especial à saúde mental de todas as pessoas, particularmente das mulheres, deve ser realizada. A pandemia e todas suas consequências evidenciam a desigualdade de gênero, sobretudo no que concerne às responsabilidades socialmente construídas direcionadas às mulheres, sobrecarregando-as e adoecendo-as. É preciso que esse problema seja exposto para que possamos, no período pós-pandemia, ter acesso às mais diversas formas de cuidado.





CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais

A pesquisa realizada junto às técnicas e agricultoras beneficiárias dos seis projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, cujos dados foram analisados nas páginas anteriores, teve por principal objetivo compreender de que maneira as mulheres foram – e estão – sendo impactadas pela Covid-19. Essa doença, provocada pelo coronavírus e com potente poder de transmissão, provocou uma pandemia que transformou o cotidiano das pessoas no mundo todo, principalmente pela condição de manter o distanciamento social, no intuito de reduzir as possibilidades de contaminação.

Desde março de 2020, várias ações vêm sendo colocadas em prática na tentativa de conter a disseminação do vírus, visando, sobretudo, desafogar os sistemas de saúde. Tanto a continuidade da transmissão, quanto o surgimento de novas cepas do vírus determinaram o que alguns especialistas denominaram de "ondas", ou seja, muitas pessoas se infectam ao mesmo tempo, aumentando as taxas de transmissibilidade e a ocupação de leitos em hospitais. Aliado a isso, o processo de imunização, iniciado em janeiro deste ano, não deslanchou e menos de 20% da população total recebeu as duas doses de vacinas necessárias até o momento (julho de 2021).

Todo esse quadro é muito preocupante e uma análise dos impactos da pandemia é fundamental para se pensar em estratégias de recuperação e nas formas de dirimir os efeitos causados pela situação. Como apontado na apresentação, vários estudos vêm sendo produzidos com esse intuito, mas nenhum deles foi direcionado a

compreender como as mulheres rurais do Semiárido do Nordeste brasileiro estão vivenciando esse momento inédito.

Procurou-se, com as análises apresentadas anteriormente, preencher essa lacuna, orientada pela seguinte questão: de que maneira as mulheres do Semiárido do Nordeste do Brasil foram impactadas pela pandemia da Covid-19? Para responder a essa pergunta, foram organizados instrumentos de pesquisa em torno de quatro categorias de análise, escolhidos de acordo com as literaturas que analisam a condição de gênero em geral e no meio rural em particular. São elas: trabalho e renda, saúde e relações familiares, violência contra mulheres e crianças e segurança alimentar e nutricional.

Os instrumentos de pesquisa, com questões que cobriram as quatro categorias de análise, foram aplicados junto às técnicas e agricultoras, por meio de entrevistas realizadas por aplicativo de mensagens instantâneas e ligações telefônicas. Foram, ao todo, 366 entrevistadas.

De maneira geral, observou-se uma relação bastante estreita entre as técnicas e as agricultoras beneficiárias. Como pode ser observado nas análises dos dados, há confluência nas respostas obtidas e, mais que isso, foi possível identificar que as técnicas têm um papel muito mais relevante junto às comunidades, indo além da assistência profissional. Elas representam uma espécie de ponte entre as beneficiárias e o mundo externo. Esse é um primeiro grande impacto que a pandemia trouxe para a vida dessas mulheres, visto que com a necessidade

de distanciamento, as técnicas passaram a exercer suas atividades em formato home office e os espaços de diálogo ficaram extremamente limitados.

Esse impacto é de duas ordens. A primeira, mais objetiva, diz respeito à ausência temporária de assistência técnica. Mesmo que tenha havido esforços das técnicas para o acompanhamento dos processos junto às famílias, é preciso considerar que houve uma certa "quebra" na orientação e na aprendizagem. Além disso, no início, muitos agricultores e agricultoras não tinham acesso aos meios necessários para se comunicar à distância. Falta de internet – ou insuficiência no serviço – ou a partilha do mesmo aparelho de telefone celular entre vários membros da família são fatores que inviabilizaram um atendimento adequado.

Um outro viés do impacto da ausência das técnicas junto às agricultoras é de ordem mais subjetiva e recai nos processos de interação das mulheres rurais para além do grupo familiar e da comunidade. As técnicas possuem uma relação bastante estreita com as agricultoras atuando, muitas vezes, como confidentes que podem auxiliar em questões delicadas, como nos casos de violência doméstica. Elas também auxiliam com informações que são de extrema importância, como esclarecimentos sobre acesso às políticas públicas e emissão de documentos.

O distanciamento entre as profissionais e as agricultoras afetou ambas. No caso das técnicas, é preciso pontuar que elas têm consciência que o papel desempenhado por elas extrapola a assistência. Durante as entrevistas, ficou claro

como a ausência delas também as preocupou. Aliado a isso, a sobrecarga do trabalho doméstico e a disponibilidade integral ao trabalho realizado remotamente são fatores que impactam a saúde mental e física das técnicas.

Segundo as técnicas, a pandemia impactou fortemente os processos de comercialização das agricultoras, fato confirmado pelos dados apresentados a partir das entrevistas realizadas com as beneficiárias. As feiras convencionais e agroecológicas, que aconteciam periodicamente nos municípios, foram canceladas para que houvesse distanciamento entre as pessoas. Essa era a principal forma de venda dos produtos de muitas agricultoras que tiveram que se reinventar em busca de alternativas para escoar seus produtos, principalmente utilizando ferramentas, como as mídias sociais, para divulgação e o procedimento de entrega nas casas das pessoas. A falta de apoio do poder público em geral, especialmente as gestões municipais, à agricultura familiar contribuiu para agravar a situação.

A lacuna deixada pela ausência de feiras não pode ser preenchida de forma autônoma pelas agricultoras e suas famílias. Todo o processo que envolve a apropriação de uma nova tecnologia requer conhecimento da ferramenta, tempo para promover a propaganda dos produtos e a disponibilidade de transporte para a entrega, fatores que não estão disponíveis para todas as famílias de agricultores.

Ainda em termos de trabalho e renda, as mulheres rurais viram a renda familiar cair durante a pandemia, justamente por conta da dificuldade em comercializar os seus

produtos. Aliado a isso, os gastos com alimentação, gás, energia e o aumento generalizado nos preços impactaram – e continuam impactando – as famílias sobremaneira.

Essa realidade colocou ainda mais peso na importância das políticas públicas, sejam as voltadas à comercialização, como o PAA e PNAE, ou aquelas direcionadas à distribuição de renda, como o Bolsa Família e o auxílio emergencial. Esse último, em alguns casos, funcionou como aporte de investimento na produção, criação de animais ou melhoria de alguma infraestrutura na propriedade que poderá ser revertido em ganhos futuros.

Foi observado que os próprios projetos possuem suma importância para a renda e alimentação das famílias. Muitas ações estiveram focadas na aquisição de animais, auxiliando nos momentos de dificuldade, uma vez que eles serviram tanto para a alimentação, quanto para a venda, de modo a aumentar a renda familiar.

Outra estratégia utilizada pelas famílias residiu na busca de emprego fora dos estabelecimentos agropecuários. O trabalho não-agrícola contribuiu para aumentar a renda, mas expõe os membros da família que precisam sair em busca de trabalho, se submetendo a uma maior chance de contaminação pelo coronavírus.

Como já foi dito, talvez o maior impacto subjetivo na vida das mulheres rurais seja a ausência das interações sociais. Para além do contato com as técnicas, elas estavam acostumadas a participar de reuniões periódicas nas associações das quais fazem parte, ou mesmo no desenvolvimento dos trabalhos coletivos nas cozinhas comunitárias e outros espaços que

dividiam com outras agricultoras. Com a pandemia, esses espaços foram fechados e, conseqüentemente, os processos interativos diminuíram ou cessaram completamente.

A falta de interação social, aliada ao aumento do trabalho doméstico e de cuidado, sobretudo com os filhos e os idosos, causam uma sobrecarga física e emocional nas mulheres rurais, impactando diretamente na diminuição de seu tempo livre e do tempo voltado ao lazer, momentos que funcionavam antes da pandemia como uma espécie de “válvula de escape” para os problemas cotidianos. Esse conjunto de fatores reflete no adoecimento físico e mental, causando ansiedade, estresse e outras formas de enfermidades que podem se tornar graves caso não sejam devidamente tratadas. Isso pode se tornar um problema crônico no meio rural, dada a ausência de profissionais ligados à saúde mental.

A violência contra as mulheres é um tema que está no horizonte das entrevistadas, pois elas reconhecem o aumento dos casos de forma generalizada, principalmente no período da pandemia, contudo, são poucas as que afirmam conhecerem ou terem passado por isso. Sabe-se do quanto esse tema é delicado e envolve outros sentimentos, como o medo e a vergonha e em apenas uma entrevista seria impossível captar a realidade vivenciada por elas. Ao que tudo indica, as agricultoras têm pleno conhecimento das formas de violência, inclusive as simbólicas, e sabem a quem recorrer caso passem por algum problema nesse sentido.

Por fim, no que concerne às categorias de análise, o

tema da segurança alimentar e nutricional trouxe dados interessantes e demonstram que as famílias entrevistadas para esta pesquisa, que são beneficiárias dos projetos, não estão, em maioria, sofrendo com insegurança alimentar. Muito provavelmente isso se deve às boas condições climáticas que favoreceram a produção no ano passado, bem como o apoio dos projetos e o aumento no consumo oriundo da própria produção. Se até o momento esses fatores culminaram em um ambiente favorável que permitiu às famílias se alimentarem adequadamente, ele pode não se repetir em 2021, tanto pelas condições climáticas, quanto pela saída dos projetos e, ainda, pela diminuição do montante do auxílio emergencial.

É justamente nesse sentido que, a seguir, são elencados alguns temas que merecem um aprofundamento em pesquisas futuras, de modo a se obter um espectro mais amplo dos impactos gerados pela pandemia provocada pela Covid-19 nas mulheres rurais do Semiárido do Nordeste do Brasil.

A análise aqui empreendida refere-se a um curto horizonte de tempo, já que ao que tudo indica, e infelizmente, os impactos sentidos pelas imposições que acompanharam a pandemia tendem a se estender ao longo dos anos. Assim, sugere-se que uma nova pesquisa com essas mesmas categorias de análise seja repetida em 2022. Com isso, seria possível medir o peso das oportunidades que foram abertas agora – como a venda de produtos pela internet, por exemplo – nas estratégias econômicas das famílias. Além disso, poderiam ser medidos os impactos da saída dos projetos para as mulheres, tanto no que se refere objetivamente à renda, quanto subjetivamente nas

interações sociais realizadas. Repetir a pesquisa no período de um ano também permitiria uma comparação geral com os dados aqui apresentados, bem como algum teste com as recomendações colocadas na seção anterior.

Sugere-se também que uma pesquisa mais ampla entre as mulheres que participaram do Projeto Cadernetas Agroecológicas e mulheres que não participaram desse piloto implementado pelos projetos apoiados pelo FIDA e pelo Semear Internacional, no intuito de compreender possíveis diferenciais. Aqui foram apontados alguns cruzamentos de dados entre as que participaram e as que não fizeram parte das cadernetas. Nessa relação, não foram encontrados grandes contrastes, pois todos os projetos carregam em si e, conseqüentemente, em seus processos formativos, o pensamento e a prática agroecológica e a igualdade de gênero. Em outras palavras, mesmo que o direcionamento não tenha sido para as cadernetas, todo o processo formativo sempre esteve imbuído dessas temáticas, contribuindo para a conscientização das mulheres sobre seu papel nas famílias e na sociedade. A possibilidade de analisar dados de mulheres não beneficiárias dos projetos pode trazer uma perspectiva ainda mais rica para o uso das cadernetas como instrumento político-pedagógico de transformação das relações sociais no rural.

Iluminar as diferenças entre beneficiárias e não beneficiárias dos projetos pode ser fundamental, não só para expandir os temas inerentes às transformações para um mundo rural mais justo e solidário, mas, sobretudo, para evidenciar a importância desses temas para a continuidade da vida humana.



Alguns agradecimentos

Os resultados apresentados anteriormente não poderiam ter sido construídos de outra maneira senão coletivamente. Foram incontáveis as mãos que tornaram essa pesquisa possível. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer a louvável iniciativa do Semear Internacional e dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, em conjunto com o FIDA e o IICA, em apoiar a realização de uma pesquisa direcionada às mulheres do Semiárido. Compreender os impactos que esse momento tão único na história mundial teve sobre a vida das mulheres é fundamental para possibilitar a construção de novos caminhos em que seja possível um olhar mais humano, justo e solidário. Sem a interlocução e a mobilização das técnicas do GT Gênero seria muito mais difícil e penoso conseguir os contatos e agendar as entrevistas.

Um agradecimento especial às pesquisadoras Carine de Jesus Santos, Christiane Rocha Falcão, Simaia Santos Barreto e Rebecca Cazenave-Tapie pela disponibilidade em conversar com as agricultoras, pela dedicação em realizar as entrevistas a qualquer hora do dia e, principalmente, pela capacidade de escuta que tiveram com as agricultoras.

Por fim, às técnicas e às mulheres rurais: espera-se que essa publicação possa contribuir para que os impactos causados pela pandemia sejam visualizados e tratados com a seriedade pertinente para que ações, programas e projetos sejam direcionados, de modo a dirimir as dificuldades condicionadas pela pandemia.

Referências Bibliográficas

ARAGÃO, Michelly. Mulheres e Covid-19. Rede de Estudos Rurais: I Webinário do GT 5 – segunda sessão, Rio de Janeiro, 5 fev. 2021. Disponível em: <https://redesrurais.org.br/i-webinario-do-gt-5-segunda-sessao/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BARRETO, Simaia. Relatório de coleta de dados e pré-sistematização de resultados. Estudo sobre o impacto do COVID-19 na vida das mulheres rurais no Semiárido do Nordeste do Brasil. Salvador: Semear Internacional, 2021.

CAZENAVE-TAPIE, Revecca. Relatório de coleta de dados e pré-sistematização de resultados. Estudo sobre o impacto do COVID-19 na vida das mulheres rurais no Semiárido do Nordeste do Brasil. Salvador: Semear Internacional, 2021.

FALCÃO, Christiane Rocha C. Relatório de coleta de dados e pré-sistematização de resultados. Estudo sobre o impacto do COVID-19 na vida das mulheres rurais no Semiárido do Nordeste do Brasil. Salvador: Semear Internacional, 2021.

FAVARETO, Ariane. Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FIDA. Cadernetas Agroecológicas e as mulheres do Semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. Salvador: FIDA, 2020.

GÊNERO E NÚMERO; SOF. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. São Paulo: SOF, 2020.

LIMA, Rossano Cabral. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-10, 2020.

LOTTA, Gabriela Spanghero et al. O impacto da pandemia de Covid-19 na atuação da burocracia de nível de rua no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 35, p. 1-36, 2020.

MARQUES, Emanuele Souza et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 1-6, 2020.

MONTEIRO, Sandrelena da Silva. (Re) inventar educação escolar no Brasil em tempos de Covid-19. *Augustus*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 237-254, 2020.

REDE PENSSAN. Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Rede Penssan, 2021.

RIBEIRO, Lilian Lopes; TAQUES, Fernando Henrique. Pobreza: da insuficiência de renda à privação. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 14, n. 25, p. 108-120, 2012.

SANTOS, Carine. Relatório de coleta de dados e pré-sistematização de resultados. Estudo sobre o impacto do COVID-19 na vida das mulheres rurais no Semiárido do Nordeste do Brasil. Salvador: Semear Internacional, 2021.



